



Instituto de Desenvolvimento
Sustentável Mamirauá

Relatório Anual

do

Contrato de Gestão celebrado entre o

MCTI e o IDSM-OS

Exercício de 2012

PARTE I

INDICADORES DE DESEMPENHO

Tefé (AM)

Fevereiro de 2013

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ – IDSM-OS
Estrada do Bexiga, nº 2584 – Bairro Fonte Boa – Caixa Postal nº 038 – Tefé/AM
CEP: 69.470-000
CNPJ: 03.119.820/0001-95

DIRETOR GERAL

Helder Lima de Queiroz

DIRETORA ADMINISTRATIVA

Selma Santos de Freitas

DIRETORA DE MANEJO E DESENVOLVIMENTO Isabel Soares de Sousa

DIRETOR TÉCNICO CIENTÍFICO

João Valsecchi do Amaral

COORD. DE QUALIDADE DE VIDA Dávila Corrêa	COORD. MONITORAMENTO Emiliano Esterci Ramalho
COORD. GESTÃO COMUNITÁRIA Marluce Mendonça	COORD. DE INFORMÁTICA Francisco Modesto Freitas Jr.
Sub-Coord. de Proteção Ambiental Paulo Roberto e Souza	COORD. DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA Armando Athos Rabelo de Medeiros Filho
COORD. DE MANEJO DA PESCA Ana Cláudia Torres Gonçalves	COORD. DE RECURSOS HUMANOS Dolly Deane Sá
COORD. DE MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO Elenice Assis do Nascimento	COORD. DE FINANÇAS Joicymara Rocha de Souza
COORD. DE MANEJO DE AGROECOSSISTEMAS Ângela May Steward	COORD. DE COMPRAS Maurilandi Ramos Gualberto
COORD. DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA Fernanda Sá Vieira	COORD. DE CONTABILIDADE Nizete de Lima Campelo
COORD. DE PESQUISA Nelissa Peralta Bezerra	Núcleo de Inovação e Tecnologias Sustentáveis Josivaldo Ferreira Modesto

ÍNDICE

PARTE I

APRESENTAÇÃO	6
1. SUMÁRIO EXECUTIVO	7
1.1. Outras Ocorrências de Importância no Ano	7
2. REALIZAÇÕES DO PERÍODO	9
2.1. Resultados Financeiros Resumidos	9
2.2. Desempenho Resumido dos Indicadores	10
2.3. Principais Atividades do Período, Desempenho dos Indicadores e Alcance das Metas	13
2.3.1. Macroprocesso 1: Produção Científica	14
2.3.2. Macroprocesso 2: Disseminação Tecnológica	26
2.3.3. Macroprocesso 3: Manejo Sustentável	28
2.3.4. Macroprocesso 4: Qualidade de Vida	34
2.3.5. Macroprocesso 5: Tecnologias de Gestão	36
2.3.6. Macroprocesso 6: Desenvolvimento Institucional	39
3. RELATÓRIO FINANCEIRO	42
3.1. Saldos anuais reprogramados	44
3.2. Fundo de reserva	45
3.3. Evolução do patrimônio	47
3.4. Acompanhamento do limite de 60% com empregados do IDSM	48
3.5. Relatório da Auditoria Independente	50
4. RESPOSTAS DO IDSM ÀS RECOMENDAÇÕES PENDENTES DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO MCTI	72
5. CONCLUSÕES	79

Lista de Figuras

Figura 1. Evolução do número de doutores e de sua participação proporcional nas equipes de pesquisa do IDSM	14
Figura 2. Evolução da produção científica indexada (artigos em revistas indexadas nacionais e internacionais) e não indexadas (livros e capítulos de livros) do IDSM desde 2001	15
Figura 3. Evolução da proporção de pirarucus manejados com comprimento total superior ao tamanho ideal de captura nos sistemas de manejo assessorados pelo IDSM	25
Figura 4. Distribuição das fontes de recursos do IDSM no ano de 2012	41

Lista de Quadros

Quadro 1	Demonstrativo Financeiro Resumido em 2012	9
Quadro 2	Distribuição dos Indicadores Institucionais de Desempenho Segundo Macroprocessos e Metas Projetadas e Alcançadas no Ano de 2012	11
Quadro 3	Número de Publicações por Categoria em 2012	15
Quadro 4	Evolução do desempenho institucional em relação ao macroprocesso 1	16
Quadro 5	Quadro de pessoal em atividade de pesquisa	16
Quadro 6	Saldos financeiros reprogramados nos últimos 5 anos	44
Quadro 7	Demonstrativo da utilização do saldo financeiro de 2011 no primeiro semestre de 2012	44
Quadro 8	Detalhamento mensal dos valores pagos aos empregados em 2012 – Regime de Caixa	48

Lista de Tabelas

Tabela 1	Número de peixes capturados e monitorados, em 2012	31
Tabela 2	Porcentagem de pirarucus capturados por classes de comprimento, em 2012	31
Tabela 3	Distribuição dos Recursos Financeiros, por Fonte ou Origem, em 2012	40
Tabela 4	Evolução do orçamento do IDSM nos últimos cinco anos	42
Tabela 5	Demonstrativo detalhado das receitas e despesas do IDSM, em 2012	43
Tabela 6	Evolução do patrimônio adquirido com recursos do Contrato de Gestão e sua variação percentual em 2012	47

APRESENTAÇÃO

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM-OS é uma pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída em 26 de abril de 1999 e qualificada como Organização Social através de Decreto Presidencial em 04/06/1999. Sua sede está localizada na Estrada do Bexiga nº. 2584, Bairro de Fonte Boa, Tefé/AM, CEP 69.470-000. A página eletrônica institucional do IDSM na internet é www.mamiraua.org.br, seu endereço eletrônico é mamiraua@mamiraua.org.br e está inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.119.820/0001-95.

Esse instituto tem por finalidade a realização de pesquisa científica para conservação da biodiversidade por meio do manejo participativo e sustentável dos recursos naturais da Amazônia. Suas normas e regulamentos de funcionamento estão definidos por seu Conselho de Administração.

As atividades desenvolvidas pelo IDSM-OS estão atreladas a metas e prazos descritos em Contratos de Gestão, firmados entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e o IDSM-OS a partir de 23 de março de 2001, publicado no Diário Oficial da União no dia 23 de março de 2001, para a administração do Instituto. Este contrato foi renovado em duas ocasiões, 2006 e 2010. Os recursos destinados ao custeio das atividades são providos pelo MCTI.

Este relatório apresenta as atividades realizadas pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá no exercício de 2012. Conforme os termos do Contrato de Gestão MCTI/IDSM-OS, este documento é encaminhado ao órgão supervisor pela Direção do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, após sua aprovação junto ao seu Conselho de Administração.

No exercício de 2012, as metas de desempenho da instituição foram quase totalmente alcançadas. A ampliação dos tamanhos das equipes científicas, sua crescente capacitação e titulação, e seu maior amadurecimento começam a consolidar o aumento da produção científica observada desde os anos anteriores. Três indicadores de desempenho ficaram levemente abaixo da meta desejada para 2012 enquanto um indicador não pode ser calculado. Estes são os mesmos que já vêm sendo apontados como candidatos à reavaliação e/ou redimensionamento (das metas pré-estabelecidas ou dos próprios indicadores). Apesar disto, de uma forma geral, o desempenho institucional em 2012 foi superior ao dos anos precedentes.

A Diretoria
Fevereiro de 2013

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

Este relatório apresenta as atividades realizadas pelo IDSM no exercício de 2012. O valor pactuado para 2012 foi de R\$ 19.366.955,00 (dezenove milhões, trezentos e sessenta e seis mil, novecentos e cinquenta e cinco reais), porém foi repassado pela LOA/2012 e por uma fonte complementar o total de R\$ 18.969.035,90 (dezoito milhões, novecentos e sessenta e nove mil, trinta e cinco reais e noventa centavos) ou 97,9% do valor pactuado.

Dos 14 indicadores institucionais em uso, três tiveram suas metas quase totalmente alcançadas. O indicador 8 "Índice de Clareiras de Derrubada (ICD) nas áreas de Manejo Florestal Comunitário" não pode ser computado porque não houve exploração de madeira, portanto não foi possível medir clareiras. Os demais indicadores foram plenamente alcançados ou ultrapassados.

Por mais um ano, o grande atraso na transferência de repasses do MCTI ao IDSM gerou grandes dificuldades na execução das atividades. Os custos institucionais previstos para 2012, e estabelecidos no Contrato de Gestão, não foram atingidos em sua totalidade, ainda que um termo aditivo tenha sido celebrado, já no mês de dezembro de 2012.

1.1. Outras Ocorrências de Importância no Ano

Além da execução das metas acordadas no contrato de gestão para o exercício de 2012, destacamos como outras ocorrências de importância, as seguintes:

1 - Participação do IDSM na Rio+20. Os pontos mais importantes foram:

- Único exemplo demonstrativo de gestão inovadora de unidades de conservação apresentada no Pavilhão Brasil, no Parque dos Atletas, pelo MMA.
- Participação na Exposição Economia Verde, no Pier Mauá, sobre sistemas de manejo sustentável de recursos naturais para desenvolvimento das populações rurais das florestas alagadas da Amazônia.
- Participação no Fórum Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável, na PUC/RJ, coorganizado pelo MCTI.
- Participação no Seminário Desafios para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, da ABC, na PUC/RJ.
- Participação no Seminário de Governança em Cadeias de Valor da Sociobiodiversidade, da IUCN, WWF e GIZ.
- Participação na Mesa Redonda Produção Sustentável na Amazônia, com SEPROR-AM e PNUD, no Parque dos Atletas, do Estado do Amazonas.
- Participação no Painel Desenvolvimento Sustentável no Amazonas, no Parque dos Atletas, do governo do estado do Amazonas.

2 - Participação no II Seminário da Cidade do Rio de Janeiro sobre Organizações Sociais, na FGV, Rio de Janeiro.

3 - Participação no Ciclo de Audiências Públicas MMA-Senado sobre o Protocolo de Nagoya de acesso ao patrimônio genético e aos recursos genéticos e biodiversidade, em Brasília.

4 - Criação pela Biblioteca Henry Walter Bates de um projeto intitulado "Dando Asas à Imaginação: promovendo a leitura, a pesquisa e a conscientização ambiental através da arte". Este projeto visa traçar um plano para estimular alunos de ensino fundamental e médio a frequentarem mais a Biblioteca do IDSM. Consiste na elaboração de um calendário anual de atividades a serem desenvolvidas no espaço da Biblioteca, com a presença de alunos, juntamente com professores.

5 - O Instituto Mamirauá foi selecionado pelo Governo Federal para participar das gravações de um vídeo que apresenta a Reserva Mamirauá como modelo de desenvolvimento sustentável em unidades de conservação. O filme, intitulado "Mamirauá", retrata as atividades de pesquisa para a conservação da biodiversidade amazônica, manejo de recursos naturais e promoção da qualidade de vida das comunidades ribeirinhas, desenvolvidas pelo Instituto Mamirauá. Foi produzido pela O2 Filmes, narrado pelo poeta amazonense Thiago de Mello e pode ser visto no site www.pavilhaobrasil.rio20.gov.br.

6 - Assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre o IDSM e o IDS Fonte Boa, visando a transferência de tecnologia de manejo sustentável de recursos naturais, e capacitação de técnicos daquela instituição.

7 - Assinatura do Acordo de Pesca dos Setores Maiana e Solimões do Meio, com os pescadores urbanos da cidade de Fonte Boa, com participação da SDS-CEUC, do IDSM, da FAS e do IBAMA, solucionando grave conflito social local.

8 - Pela primeira vez, durante a Semana do Meio Ambiente, o IDSM desempenha ações de educação ambiental na sede do município de Jutai.

9- Assinatura de Termo de Reciprocidade entre o IDSM e o ICMBio para execução de atividade de pesquisa e assessoramento de manejo de recursos naturais em sete unidades de conservação federais no estado do Amazonas.

10- O Programa Qualidade de Vida do Instituto Mamirauá venceu o Prêmio FINEP de Inovação 2012, nas etapas Região Norte e Nacional, na categoria Tecnologia Social com a apresentação do "Sistema de bombeamento e abastecimento de água com energia solar: promoção de saneamento e saúde em comunidades de várzea".

11- Aprovação da proposta do IDSM ao BNDES, para financiamento de ações pelo Fundo Amazônia, que vinha sendo negociado por quase dois anos.

12- Em colaboração com o Observatório Nacional (ON) o IDSM instalou o terceiro observatório magnético do país, o primeiro no Bioma Amazônia, num esforço para o estudo e monitoramento do campo magnético da terra.

2. REALIZAÇÕES DO PERÍODO

As realizações do ano de 2012 são aqui divididas em resultados financeiros resumidos, desempenho dos indicadores e alcance das metas.

2.1. Resultados Financeiros Resumidos

As atividades executadas nos seis primeiros meses do ano foram mantidas devido à existência de saldo financeiro do exercício anterior que é repactuado no exercício seguinte. Esta estratégia foi adotada para resguardar financeiramente a instituição durante um período de quatro a cinco meses no ano, quando não há transferência de recursos. É uma estratégia autorizada pelo Conselho de Administração do Instituto Mamirauá e ratificada no Art. 6º do Contrato de Gestão – 2º ciclo através da autorização de constituição de Reserva Técnica Financeira.

A proposta orçamentária pactuada para atingimento das metas e indicadores em 2012, e aprovada pelo Conselho de Administração, foi de R\$ 19.366.955,00 (dezenove milhões, trezentos e sessenta e seis mil, novecentos e cinquenta e cinco reais) sendo que a LOA/2012 previu um repasse de R\$ 10.357.820,00 (dez milhões trezentos e cinquenta e sete mil oitocentos e vinte reais). A diferença de R\$ 8.786.955,00 (oito milhões setecentos e oitenta e seis mil novecentos e cinquenta e cinco reais), entre o valor pactuado e a LOA/2012, foi parcialmente complementada com recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT. O valor previsto para 2012 foi repassado quase totalmente, com exceção da importância de R\$ 175.739,10 (cento e setenta e cinco mil setecentos e trinta e nove reais e dez centavos) do recurso complementar.

No Quadro 1, a seguir, apresenta-se o demonstrativo financeiro resumido referente ao ano de 2012.

Quadro 1: Demonstrativo financeiro resumido em 2012

DISCRIMINAÇÃO	VALORES (R\$)
SALDO DISPONIBILIDADES - EXERCÍCIO ANTERIOR*	5.849.239,41
ENTRADAS	24.140.505,10
SAÍDAS / VALORES EMPENHADOS	21.167.245,86
SALDO DAS SUBVENÇÕES A REALIZAR (31/Dezembro/2012)	8.822.498,65

* No Relatório de Gestão Anual de 2011, o saldo final apresentado foi de R\$ 4.638.034,78 que correspondia ao saldo do total das disponibilidades diminuídas das obrigações realizadas e ainda não pagas. Hoje, estas obrigações foram quitadas e diminuídas do saldo financeiro.

2.2. Desempenho Resumido dos Indicadores

Os seis macroprocessos pactuados para a atuação institucional têm sua performance analisada por meio de 14 indicadores.

O Macroprocesso 1, “Produção Científica” tem cinco indicadores: índice geral de publicações por ano; índice de publicações indexadas dos pesquisadores do IDSM ao ano; índice de publicações indexadas abrangente de pesquisadores e colaboradores do IDSM ao ano; índice de publicações não indexadas reunindo todo tipo de produção científica não indexada do IDSM ao ano, e número de eventos de difusão científica do IDSM.

O Macroprocesso 2, “Disseminação Tecnológica”, reflete o nível de disseminação do conhecimento produzido pelo IDSM através de um indicador: Número de eventos de disseminação das experiências e melhores práticas do IDSM (EDEMP) ao ano.

O Macroprocesso 3, “Manejo Sustentável”, apresenta o desenvolvimento de processos de manejo sustentável de recursos naturais, replicáveis dentro e fora das RDSM e RDSA e tem quatro indicadores: Número cumulativo de rotinas de abordagem elaboradas para diferentes contextos de manejo sustentável de recursos naturais (NCRAb); índice de clareiras de derrubada nas áreas de manejo florestal comunitário; índice de pirarucus manejados nas RDSM e RDSA com tamanho superior ao limite ideal de abate; índice de comunidades realizando atividades de manejo dos recursos naturais nas RDSM e RDSA.

O Macroprocesso 4 trata da “Qualidade de Vida” experimentando a implementação de processos e tecnologias sociais para contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população ribeirinha e medindo seus impactos nesta qualidade, e possui um indicador que registra as comunidades beneficiadas por esses experimentos nas duas Reservas.

O Macroprocesso 5, “Tecnologias de Gestão” trata de processos desenvolvidos para promover a gestão participativa nas Reservas Mamirauá e Amanã e que possam ser replicados para outras áreas protegidas. O macroprocesso tem dois indicadores: índice de participação de lideranças-ano capacitadas pelo IDSM e índice de setores da RDSM e da RDSA nos quais há atuação de Agentes Ambientais Voluntários.

O Macroprocesso 6, que trata do “Desenvolvimento Institucional”, tem um indicador: a relação da receita própria e recursos do contrato de gestão, na alavancagem de recursos fora do contrato de gestão.

No quadro a seguir são apresentados os **Indicadores de Desempenho** e suas **Metas** para **2012**.

Quadro 2. Distribuição dos indicadores institucionais de desempenho segundo macroprocessos e metas projetadas e alcançadas no ano de 2012

Macroprocesso	Indicadores						
	Descrição	Tipo	Unidade	Peso	V0	Metas para 2012	Alcançado no ano
1 - <u>Produção Científica</u> Desenvolvimento de pesquisas para a conservação da biodiversidade e desenvolvimento social na Amazônia	1. Índice Geral de Publicações (IGPub) ou produtos científicos por ano	Efetividade	N	2	0,8	0,8	0,93
	2. Índice de Publicações Indexadas (IPub-I) dos pesquisadores do IDSM ao ano.	Eficiência	N	3	0,6	0,64	0,68
	3. Índice de Publicações Indexadas Abrangente (Ipub-IA) de pesquisadores e colaboradores do IDSM ao ano.	Eficiência	N	3	0,6	0,68	0,76
	4. Índice de Publicações não-Indexadas (IPuNI), reunindo todo tipo de produção científica não indexada realizada no IDSM ao ano.	Efetividade	N	2	1,88	3	2,78
	5. Número de eventos de difusão científica promovidos (EDCP) pelo IDSM ao ano.	Eficácia	N	2	6	6	6
2 - <u>Disseminação Tecnológica</u> Ações para replicação de processos e tecnologias desenvolvidos e/ou testados pelo IDSM para as RDSM e RDSA, para outras áreas da Amazônia	6. Número de eventos de disseminação das experiências e melhores práticas do IDSM (EDEMP) ao ano	Eficácia	N	3	2	5	5
3 - <u>Manejo Sustentável</u> Desenvolvimento de processos de manejo sustentável de recursos naturais replicáveis dentro e fora das RDSM e RDSA	7. Número Cumulativo de Rotinas de Abordagem elaboradas para diferentes contextos de manejo sustentável de recursos naturais (NCRAb).	Eficácia	N	3	0	5	5
	8. Índice de Clareiras de Derrubada (ICD) nas áreas de Manejo Florestal Comunitário.	Efetividade	m²/ha	2	400	Abaixo de 350	-
	9. Índice de pirarucus manejados nas RDSM e RDSA com tamanho superior ao limite ideal de abate (ITP).	Efetividade	N	2	0,72	Acima de 0,7	0,78
	10. Índice de comunidades realizando atividades de manejo dos recursos naturais nas RDSM e RDSA (ICRAM).	Eficácia	N	3	0,28	0,33	0,33

Macroprocesso	Indicadores						
	Descrição	Tipo	Unidade	Peso	V0	Metas para 2012	Alcançado no ano
4 - <u>Qualidade de Vida</u> Desenvolvimento de processos e tecnologias sociais para contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população ribeirinha replicáveis para outras áreas da Amazônia	11. Índice de Comunidades Beneficiadas (ICB) nas RDSM e RDSA por experimentos que visam qualidade de vida de seus moradores	Eficácia	N	1	0,027	0,109	0,109
	12. Índice de participação de lideranças-ano capacitadas pelo IDSM (IPLC)	Efetividade	N	1	0,22	0,35	0,25
5 - <u>Tecnologias de Gestão</u> Desenvolvimento de processos para gestão participativa da RDSM e da RDSA que possam ser replicadas para outras áreas protegidas	13. Índice de setores da RDSM e da RDSA nos quais há atuação de Agentes Ambientais Voluntários (ISAAV).	Eficácia	N	2	0,73	0,87	0,87
	14. Alavancagem mínima de recursos fora do contrato de gestão no IDSM (AMRFCG)	Eficácia	N	2	0,34	Acima de 0,3	0,29
6 - <u>Desenvolvimento Institucional</u> Fortalecimento institucional com ampliação da infraestrutura, ampliação do quadro de funcionários, ajustes no PCS e busca de sustentabilidade financeira para o IDSM							

2.3. Principais Atividades do Período, Desempenho dos Indicadores e Alcance das Metas.

Os resultados do período de abrangência deste relatório estão apresentados segundo o contexto dos **macroprocessos** definidos para a ação do IDSM-OS, instituídos no Contrato de Gestão vigente, assinado com o MCTI, juntamente com seus respectivos indicadores e metas.

Macroprocesso 1- Produção Científica

Macroprocesso 2- Disseminação Tecnológica

Macroprocesso 3- Manejo Sustentável

Macroprocesso 4- Qualidade de Vida

Macroprocesso 5- Tecnologias de Gestão

Macroprocesso 6- Desenvolvimento Institucional

2.3.1. MACROPROCESSO 1: PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Este macroprocesso trata da produção e da produtividade científica da instituição, contabilizando os resultados das pesquisas voltadas para subsidiar a conservação da biodiversidade, o seu uso sustentável e o desenvolvimento social na Amazônia. O macroprocesso é conduzido pela Diretoria Técnico-Científica (DTC) e pelos nove grupos de pesquisa da instituição e seus colaboradores externos.

O IDSM tem realizado um grande esforço no sentido de ampliar suas equipes de pesquisa e o perfil de titulação de seus pesquisadores. O que resultou num aumento significativo do número de pesquisadores que quase dobrou em apenas quatro anos. Mais significativo, a proporção de doutores nas equipes foi ampliada de 14%, em 2009, para 41%, em 2012. (Figura 1).

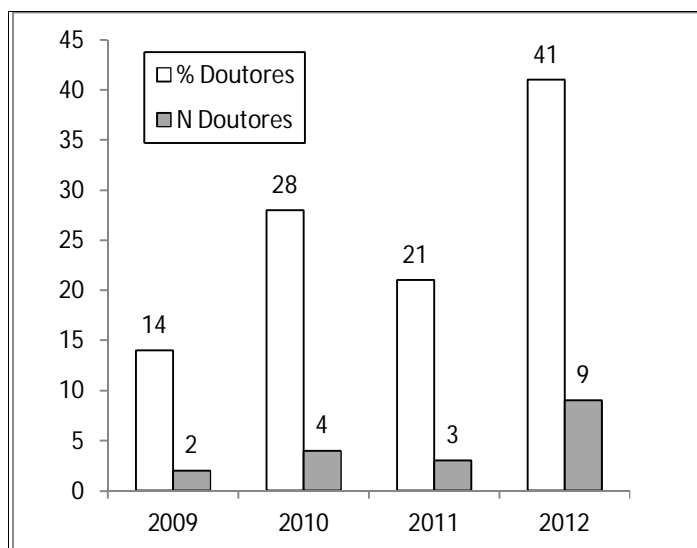


Figura 1. Evolução do número de doutores e de sua participação proporcional nas equipes de pesquisa do IDSM.

Em decorrência disso, a produção científica da instituição tem apresentado uma tendência de crescimento, conforme pode ser visto numa perspectiva histórica. (Figura 2).

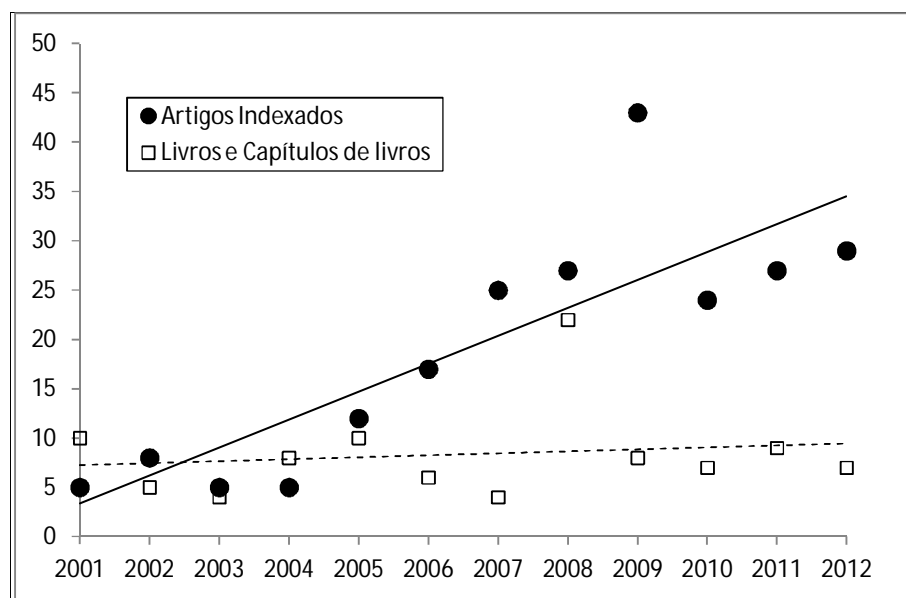


Figura 2. Evolução da produção científica indexada (artigos em revistas indexadas nacionais e internacionais) e não indexadas (livros e capítulos de livros) do IDSM desde 2001.

Os grupos de pesquisa do IDSM tem se consolidado, não apenas executando projetos de pesquisa como também na realização ou participação em eventos científicos ou promovendo cursos e treinamentos.

O quadro 3 abaixo mostra o número de publicações produzidas por membros do IDSM, estudantes e pesquisadores externos colaboradores de outras instituições no ano de 2012. O quadro 4 mostra a evolução dos indicadores de desempenho institucional do macroprocesso entre os anos 2010 e 2012.

O número de técnicos de nível superior e especialistas (TNSE) contabilizados para fins do cálculo do indicador em 2012 foi de 28 (22 pesquisadores e 6 bolsistas com no mínimo 12 meses de atuação no IDSM) (quadro 5). O apêndice 1 mostra o quadro de pessoal do IDSM com pesquisadores contratados e bolsistas do CNPq (PI) além de pesquisadores externos colaboradores (PE) e estudantes (E). O apêndice 2 contém a lista de publicações contabilizadas nos indicadores 1 a 4.

Quadro 3. Número de publicações por categoria em 2012.

Tipo de produção	Publicações indexadas	Livros e Capítulos de livros	Resumos em congressos	Documentos de pós-graduação	Total
Membros do IDSM (PI)	19	7	74	3	103
Colaboradores (PE)	10	n/a	n/a	n/a	10
Estudantes (E)	n/a	n/a	1	4	5
Total	29	7	75	7	118

Quadro 4. Evolução do desempenho institucional em relação ao Macroprocesso 1

Indicadores do Macroprocesso 1	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012
1. Índice Geral de Publicação (IGPub) no ano	1,1	1,17	0,93
2. Índice de Publicações Indexadas (IPub-I) do IDSM ao ano.	0,51	0,6	0,68
3. Índice de Publicações Indexadas Abrangente (Ipub-IA) de pesquisadores e colaboradores do IDSM ao ano.	0,31	0,69	0,76
4. Índice de Publicações não-Indexadas (IPuNI), reunindo todo tipo de produção científica não indexada realizada no IDSM ao ano.	2,37	2	2,78
5. Número de eventos de difusão científica promovidos (EDCP) pelo IDSM ao ano.	6	6	6

Quadro 5. Quadro de pessoal em atividade de pesquisa (TNSE = Pesquisadores PI + Bolsistas PI)

Tipo de Colaborador	N
Pesquisadores Internos (PI)	22
Bolsistas (PI)	6
Pesquisadores Externos (PE)	10
Estudantes (E)	4
TOTAL	42
TNSE	28

Indicador 1 – Índice Geral de Publicação (IGPub) ou Produtos Científicos por Ano

1.1. Apresentação

Este indicador demonstra a efetividade dos trabalhos de pesquisa medindo a produtividade global dos membros do IDSM para os diversos tipos de produção científica publicada.

1.2. Alcançado no ano

No ano de 2012 houve um total de 26 publicações indexadas e não indexadas, mas com ISSN ou ISBN produzidas por membros do IDSM como autores principais ou como coautores. A lista de publicações contabilizadas para este indicador se encontra no apêndice 2. O número de técnicos de nível superior e especialistas (TNSE) contabilizados para o cálculo do indicador foi de 28.

Indicador 1	Unidade	Peso	V0	Metas para 2012	Alcançado no ano
Índice geral de publicação (IGPub) ou produtos científicos por ano	N	2	0,8	0,8	0,93

Memória de cálculo do indicador: O indicador foi obtido por meio de consulta aos registros de produção científica geral do IDSM, onde são contabilizados **todos os artigos científicos publicados em periódicos indexados e não-indexados, mas com ISSN, e todos os livros ou capítulos de livros avaliados pelos pares (por comitê editorial), com ISBN, publicados pelos membros do IDSM (como autores principais ou co-autores)** no ano referente à análise. Foi seguida a fórmula:

$$\text{IGPub} = \frac{\text{NGPUB}}{\text{TNSE}} \quad \text{IGPub} = 26/28 = 0,93$$

Onde:

NGPUB = (19 artigos publicados em periódicos indexados + 7 livros ou capítulos de livros) = 26 publicados no ano da análise.

TNSE = 28 “Técnicos de Nível Superior e Especialistas” vinculados diretamente à atividade de pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas), com 12 ou mais meses atuando no IDSM no momento da análise (22 funcionários e 06 bolsistas com 12 meses de atuação). Ver apêndice 1).

Indicador 2 – Índice de Publicações Indexadas (IPub-I) dos Pesquisadores do IDSM ao Ano

2.1. Apresentação

Este indicador demonstra a eficiência dos trabalhos de pesquisa medidos pela produtividade científica indexada dos membros do IDSM.

2.2. Alcançado no ano

No ano 19 publicações indexadas foram produzidas por membros do IDSM como autores ou coautores. A lista de publicações contabilizadas para este indicador se encontra no apêndice 2. O número de técnicos de nível superior e especialistas (TNSE) contabilizados para o cálculo do indicador foi de 28.

Indicador 2	Unidade	Peso	V0	Metas para 2012	Alcançado no ano
Índice de publicações indexadas (Ipub-I) dos pesquisadores do IDSM ao ano	N	3	0,6	0,64	0,68

Memória de cálculo do indicador: O indicador foi obtido por meio de consulta aos registros de produção científica indexada do IDSM, onde são contabilizados **todos os artigos científicos publicados em periódicos indexados em indexadores internacionais, e com ISSN**. Foi usada a seguinte fórmula:

$$\text{IPub-I} = \frac{\text{NPUBI}}{\text{TNSE}} \quad \text{IPub-I} = \frac{19}{28} = 0,68$$

Onde:

NPUBI = 19 artigos publicados em periódicos indexados no ano da análise com membros do IDSM como autores principais ou co-autores.

TNSE = 28 “Técnicos de Nível Superior e Especialistas” vinculados diretamente à atividade de pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas), com 12 ou mais meses atuando no IDSM no momento da análise (22 funcionários e 6 bolsistas. Ver apêndice 1).

Indicador 3 – Índice de Publicações Indexadas Abrangente (Ipub-IA) de Pesquisadores e Colaboradores do IDSM ao Ano

3.1. Apresentação

Este indicador demonstra a eficiência dos trabalhos combinados de pesquisa com colaboradores externos, medidos pela produtividade científica indexada dos membros do IDSM juntamente com a dos seus colaboradores externos (de outras instituições).

3.2. Alcançado no ano

No ano de 2012 houve 29 publicações indexadas realizadas por membros do IDSM e/ou colaboradores externos como autores ou coautores (com resultados dos trabalhos desenvolvidos em colaboração). A lista de publicações contabilizadas para este indicador se encontra no apêndice 2. O número de técnicos de nível superior e especialistas (TNSE) contabilizados para o cálculo do indicador foi de 28 e o número de pesquisadores colaboradores externos (CE) associados atuando em 2012 foi de 10. Portanto, o TNSE + CE ficou em 38.

Indicador 3	Unidade	Peso	V0	Metas para 2012	Alcançado no ano
Índice de Publicações Indexadas Abrangente (Ipub-IA) de pesquisadores e colaboradores do IDSM ao ano	N	3	0,6	0,68	0,76

Memória de cálculo do indicador: O indicador foi obtido por meio de consulta aos registros de produção científica indexada do IDSM, e de seus colaboradores em outras instituições, onde são contabilizados **todos os artigos científicos publicados em periódicos indexados em indexadores internacionais, e com ISSN.**

$$\text{IPub-IA} = \frac{\text{NPUBIC}}{(\text{TNSE} + \text{CE})} \quad \text{IPub-IA} = 29/(28+10) = 29/38 = 0,76$$

Onde:

NPUBIC = 29 artigos publicados em periódicos indexados no ano da análise com membros do IDSM ou seus colaboradores externos como autores principais ou coautores (estes artigos devem versar sobre os temas de trabalho do IDSM, sobre as RDSM e RDSA, ou suas populações ou espécies, e produzidos por meio da oferta de suporte institucional do IDSM). Ver listagem no apêndice 2.

TNSE = 28 técnicos de nível superior e especialistas vinculados diretamente à atividade de pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas. Ver apêndice 1).

CE = 10 colaboradores externos que realizaram pesquisas em colaboração com o IDSM, e com seus pesquisadores. Foram contabilizados colaboradores que tiveram seu trabalho de pesquisa apoiado pelo IDSM (em termos de recursos financeiros e/ou infraestrutura e/ou logística. Ver apêndice 1).

Indicador 4 – Índice de Publicações não indexadas (IpuNI), Reunindo todo tipo de Produção Científica não Indexada Realizada no IDSM ao Ano

4.1. Apresentação

Este indicador reflete a efetividade dos trabalhos de pesquisa medidos pela produtividade global dos membros do IDSM para os diversos tipos de produção científica.

4.2. Alcançado no ano

No ano de 2012 foram produzidos 7 livros e/ou capítulos de livros, 74 resumos não indexados por pesquisadores internos, 1 por estudante de pós-graduação, e 7 documentos de conclusão de pós-graduação (dissertação ou tese). A lista de publicações contabilizadas para este indicador se encontra no apêndice 2. Para contabilizar o indicador foram considerados 28 técnicos de nível superior e especialistas e 4 estudantes atuando junto ao IDSM em 2012, totalizando 32 pesquisadores.

Indicador 4	Unidade	Peso	V0	Metas para 2012	Alcançado no ano
Índice de Publicações não-Indexadas (IpuNI), reunindo todo tipo de produção científica não indexada realizada no IDSM ao ano.	N	2	1,88	3	2,78

Memória de cálculo do indicador: O indicador foi obtido por meio de consulta aos registros de produção científica geral do IDSM, onde foram contabilizados **todos os produtos científicos não-indexados publicados pelos membros do IDSM (como autores principais ou co-autores), somados aos bolsistas e estudantes apoiados pelo IDSM no ano referente à análise.**

$$\text{IPuNI} = \frac{\text{NPCNI}}{\text{TNSEo}} \quad \text{IPuNI} = (7+74+1+7)/32 = 2,78$$

Onde:

NPCNI = produtos científicos não indexados (7 livros e capítulos de livros + 74 resumos em eventos científicos publicados + 1 trabalho de estudante + 7 documentos de conclusão de graduação ou de pós-graduação) desenvolvidos por orientandos ou co-orientandos dos membros do IDSM tais como monografias, dissertações e/ou teses apoiadas pelo IDSM executados no período da análise. Ver apêndice 2.

TNSEo = 28 “Técnicos de Nível Superior e Especialistas” vinculados diretamente à atividade de pesquisa (pesquisadores, tecnólogos e bolsistas), e 4 estudantes em cursos de pós-graduação autores de trabalho considerado na mensuração do indicador (presentes no numerador – NPCNI). Ver apêndice 1.

Indicador 5 – Número de Eventos de Difusão Científica (EDCP) Promovidos pelo IDSM ao Ano

5.1. Apresentação

Este indicador demonstra a eficácia do IDSM na promoção de eventos científicos, voltados à divulgação e incentivo da produção científica de seus membros, alunos, estagiários e parceiros externos.

5.2. Alcançado no ano

No ano de 2012 foram promovidos seis eventos de difusão científica. As programações dos eventos estão no anexo 1, na parte II do relatório.

1. Seminário Parcial PIBIC Sr CNPq:

Realizado na sede do IDSM, nos dias 27 e 28 de fevereiro de 2012, o Seminário Parcial do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Sênior (PIBIC Sr) do Convênio CNPq-IDSM contou com a apresentação de 13 projetos em andamento (Anexo 1). Os projetos apresentados foram avaliados pelo Comitê PIBIC – IDSM com a presença dos avaliadores externos da Universidade Estadual do Amazonas (UEA–CEST/Tefé).

2. Seminário Parcial PIBIC Jr FAPEAM:

No dia 08 de maio de 2012 foi realizado o Seminário Parcial do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior (PIBIC Jr) do Convênio FAPEAM-IDSM 2011-2012. O objetivo deste evento foi contribuir com o desenvolvimento dos bolsistas PIBIC Jr., visando seu aprimoramento na área da pesquisa, através da avaliação dos projetos em andamento. Os seis trabalhos apresentados (Anexo 1) foram avaliados pelo Comitê PIBIC.

3. 9º Seminário Anual de Pesquisas do IDSM

Entre os dias 11 e 13 de julho de 2012, o Instituto Mamirauá realizou em Tefé a nona edição do Seminário Anual de Pesquisa do IDSM. O SAP tem por objetivo promover o intercâmbio de informações por meio da divulgação e do debate dos resultados de pesquisas científicas sobre a conservação da biodiversidade, o manejo de recursos e o desenvolvimento sustentável, realizadas nas Reservas Mamirauá e Amanã ou em outras áreas da Amazônia. No ano de 2012 houve a apresentação de 64 trabalhos científicos tratando de diferentes temas, desde a diversidade e distribuição de espécies e seu manejo, passando pela socioeconomia regional até a antropologia das populações regionais e arqueologia amazônica. Nesta edição do Seminário houve a participação de um grande número de instituições parceiras que escolheram o evento para difundir seus trabalhos científicos, o que mostra que, a cada ano, o Seminário ganha relevância regional e nacional. Outro destaque da edição de 2012 do Seminário foi a mesa redonda “Alianças entre saberes tradicionais e conhecimento científico: desafios e oportunidades na Amazônia”. Com a presença dos seguintes convidados: Dr. Ennio Candotti, do Museu da Amazônia; Dr. Carlos Emanuel Sautchuk,

Universidade de Brasília; Jorge Carvalho, da Associação de Pescadores do Setor Jarauá e Dr. Leandro Castello, do Woods Hole Research Center. A mesa teve como objetivo refletir sobre os desafios e as possibilidades de interação entre saberes tradicionais e conhecimento científico. Os debatedores trataram sobre os pressupostos e mecanismos de produção dos saberes tradicionais e as possibilidades de diálogo entre estes e o conhecimento científico. Além disso, discutiram a importância dos saberes tradicionais para a geração de conhecimento sobre a floresta Amazônica e sua biodiversidade e sobre a necessidade de políticas de valorização dos saberes. A programação do evento se encontra no Anexo 1.

4. 1º Seminário Internacional sobre Conservação e Manejo de Pirarucu em ambientes naturais

O evento foi realizado em Manaus nos dias 08 e 09 de agosto de 2012. Seu objetivo foi promover o encontro entre pesquisadores, lideranças de pescadores e técnicos envolvidos no manejo participativo de pirarucu em ambientes naturais a fim de socializar as informações científicas disponíveis, promover uma discussão sobre apoio técnico e governamental para o manejo da espécie, assim como disseminar as diferentes experiências de manejo desenvolvidas na Pan Amazônia. Estiveram presentes no evento 160 pessoas representantes de cerca de 40 instituições de diferentes regiões da Pan-Amazônia.

5. Seminário Final PIBIC Sr CNPq e Seminário Final PIBIC Jr FAPEAM

No Seminário Final PIBIC Sr CNPq foram apresentados 11 trabalhos por bolsistas de iniciação científica que concluíram suas atividades em 2012. Os trabalhos foram avaliados por representantes do Comitê Institucional de Iniciação Científica. Os melhores trabalhos foram premiados e serão apresentados na Jornada de Iniciação Científica da Reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Os melhores trabalhos selecionados foram dos bolsistas Marcela Barbosa com a pesquisa "Monitoramento do Mercado e preço da fauna cinegética nas cidades de Tefé e Alvarães, Amazonas, Brasil"; Jéssica Emiliane Ribeiro que apresentou a pesquisa "Levantamento do mercado e preço da fauna cinegética na cidade de Coari, Amazonas, Brasil"; Fernanda Silva com sua pesquisa "Avaliação biométrica de filhotes de jacaré-açu (*Melanosuchus niger*) da reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – RDSM, Amazonas, Brasil" e; Cássio Augusto Oliveira e sua pesquisa "Análise da viabilidade do reuso de água nos laboratórios de pesquisa do IDSM em Tefé-Am".

No Seminário Final PIBIC Jr FAPEAM os bolsistas de iniciação científica Jr do Convênio FAPEAM-IDSM 2011-2012 apresentaram seus trabalhos a um público de cerca de 30 pessoas entre estudantes, pesquisadores e professores da rede estadual de ensino. O melhor trabalho avaliado pelo Comitê de Iniciação Científica Institucional foi do estudante Anderlã Pinheiro que estuda no Centro Educacional Governador Gilberto Mestrinho, em Tefé (AM). O estudante iniciou a bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior (IDSM/FAPEAM) em setembro de 2011. Ao longo de 12 meses, fez um levantamento bibliográfico para analisar as amostras de plantas organizando-as de acordo com normas de herbário, classificando-as por família e de acordo com o sistema reprodutivo.

6. Workshop Jacarés

O Workshop de campo de Treinamento em técnicas sobre Pesquisas de Jacarés é um curso intensivo, teórico-prático que tem por objetivo oferecer aos participantes treinamentos em princípios gerais de pesquisa de campo e estimular o desenvolvimento de pesquisas sobre jacarés na América Latina, fortalecendo a comunicação entre os profissionais dedicados ao estudo de crocodilianos. As atividades foram realizadas durante 15 dias contínuos, entre os dias 25 de outubro e 08 de novembro de 2012, nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Mamirauá e Amanã. Nove alunos participaram da edição de 2012. Estiveram presentes participantes da Colômbia, Peru, Bolívia e Argentina, além de brasileiros de diferentes estados da federação.

Indicador 5	Unidade	Peso	V0	Metas para 2012	Alcançado no ano
Número de eventos de difusão científica promovidos (EDCP) pelo IDSM ao ano.	N	2	6	6	6

Memória de cálculo do indicador:

O indicador foi obtido por meio da contagem direta dos **eventos científicos promovidos pelo IDSM no ano da análise, e de sua programação**. Estes eventos são aqueles nos quais pesquisadores do IDSM e de outras instituições são convidados, e onde são apresentados os projetos de pesquisa correntes, sua metodologia, seus resultados correntes (parciais ou finais), e as conclusões (especialmente aquelas relevantes para a conservação da biodiversidade, para a gestão participativa da unidade de conservação e para o desenvolvimento social e da qualidade de vida). Seis eventos de difusão científica foram realizados pelo IDSM no ano de 2012.

MACROPROCESSOS 2 e 3 : DISSEMINAÇÃO TECNOLÓGICA E MANEJO SUSTENTÁVEL

Estes dois macroprocessos encontram-se profundamente associados. As ações em disseminação tecnológica buscam, em sua grande maioria, disseminar tecnologias desenvolvidas, ou adaptadas, pelo IDSM sobre as diversas formas de manejo sustentável dos recursos naturais.

Os dois macroprocessos são realizados pelas coordenações da Diretoria de Manejo e Desenvolvimento (DMD) voltados à implementação dos programas que objetivam o manejo de recursos naturais do IDSM. Estes programas oferecem assessoria técnica a comunidades tradicionais, organizações governamentais e não governamentais e demais interessados na temática. As populações diretamente beneficiadas são aquelas que efetivamente realizam tais atividades de manejo, conservando a biodiversidade e os ambientes naturais, e gerando renda sustentável que dá acesso a melhores condições de vida. Os programas também geram benefícios indiretos a outras populações e organizações por meio do treinamento de multiplicadores nestas tecnologias que podem ser aplicadas em outras localidades.

Em 2012, mais de 80 multiplicadores de diferentes estados da Amazônia foram formados nos esforços de disseminação das coordenações manejo de pesca, manejo de agro ecossistemas, manejo florestal comunitário e de turismo de base comunitária.

Um dos instrumentos para o processo de formação de multiplicadores é a elaboração e publicação de protocolos de manejo (ou rotinas de abordagem). Desde 2010 o IDSM já elaborou e publicou cinco destes protocolos, o último deles em 2012. No último ano um terço (33%) de todas as comunidades existentes nas reservas sob cogestão do IDSM já foram envolvidas em algum tipo de ação de manejo sustentável dos recursos naturais.

Durante o ano passado, e pelo segundo ano consecutivo, não foi possível medir o indicador 8, que representa a efetividade do manejo florestal comunitário pela redução paulatina dos tamanhos médios das suas clareiras de extração. Esta medição não se deu pela não realização da exploração manejada da madeira. Ela, por sua vez, depende de fatores alheios à capacidade de interferência do IDSM. Problemas no atraso dos licenciamentos por parte dos órgãos governamentais, imprevisibilidade da dinâmica do nível das águas ou até mesmo problemas de financiamento da produção terminam por impossibilitar este manejo em vários anos. O Programa de Manejo Florestal Comunitário (PMFC) busca dar viabilidade a esta atividade não apenas desenvolvendo tecnologias de manejo, capacitando manejadores e disseminando tal tecnologia, mas também buscando junto às autoridades governamentais um melhor ordenamento e regulamentação da atividade e otimização do processo de licenciamento. São promovidos balcões anuais de negócio reunindo manejadores e compradores para incrementar e aperfeiçoar as práticas de comercialização da madeira. Ainda assim, não são todos os anos em que a extração madeireira pode ocorrer.

O manejo do recurso pesqueiro, provavelmente a atividade pela qual o IDSM é mais conhecido, continua em grande expansão, e sempre atende a um crescente número de comunidades e órgãos representativos de pescadores, como as colônias de pesca. Em 2012, um total de mais de 300 toneladas de pirarucus manejados foram produzidas com a assessoria técnica do Programa de Manejo de Pesca (PMP) do IDSM, e a proporção de animais pescados acima do tamanho ideal tem subido ano a ano. (Figura 3).

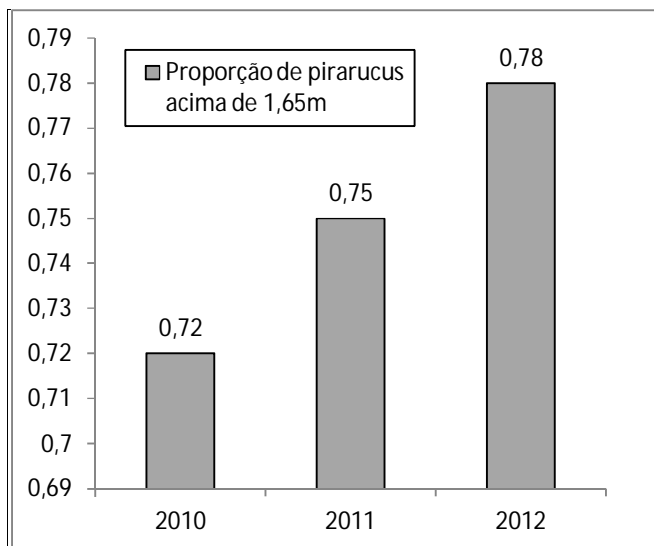


Figura 3. Evolução da proporção de pirarucus manejados com comprimento total superior ao tamanho ideal de captura nos sistemas de manejo assessorados pelo IDSM.

Em 2012 o Programa de Manejo de Agroecossistemas (PMA) do IDSM iniciou de forma sistemática o atendimento e aproximação (para sensibilização e mobilização) dos pecuaristas que atuam no interior da Reserva Amanã. O objetivo é dar suporte ao manejo da atividade de forma a controlar a expansão da conversão de habitats para formação de pastagens, e de forma a reduzir o grande impacto de bovinos e bubalinos sobre as florestas daquela reserva.

O Programa de Turismo de Base Comunitária (PTBC) conseguiu realizar em 2012 uma atualização do Plano de Negócios da Pousada Uacari, subsidiando um importante planejamento da transferência da gestão deste empreendimento para as comunidades locais ao longo dos próximos 10 anos.

Em 2012 foram também iniciados os trabalhos para desenvolvimento e construção de uma planta remota de abate (PLANTAR) que dará suporte aos pilotos de manejo de jacarés em áreas selecionadas da RDSM em 2013.

2.3.2. Macroprocesso 2: Disseminação Tecnológica

Indicador 6 – Número de Eventos de Disseminação das Experiências e Melhores Práticas do IDSM (EDEMP) ao Ano

6.1. Apresentação

Este indicador mostra a eficácia dos programas de manejo e desenvolvimento do IDSM voltados à conservação de processos de manejo de recursos naturais e de incremento da qualidade de vida, na disseminação de tecnologias desenvolvidas pela instituição. Isto se dá por meio da realização de cursos e treinamentos para potenciais multiplicadores destas experiências do IDSM em outras localidades do Amazonas, e mesmo em outros estados e países da Pan-Amazônia.

6.2. Alcançado no ano

Para atendimento da meta de 2012, foram realizados cinco cursos com os temas das seguintes áreas da Amazônia:

- 1) Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros com Foco no Manejo de Pirarucu – ministrado para 21 pessoas, entre técnicos e pescadores das seguintes Unidades de Conservação: RDS Uacari, RESEX Médio Juruá; Porto Velho/Rondônia, FLONA Balata-Tufari (Canutama), Município de Lábrea, RESEX Canutama, FLOREST Canutama, RESEX Rio Ituxí – Lábrea, APA Municipal Jamanduí, Rio Ituí (Etnias Matis e Marubo), Município de Fonte Boa.
- 2) Manejo e Criação de Abelhas Nativas sem Ferrão - ministrado para 25 moradores da RDS Piagaçu-Purus e uma técnica do Instituto Piagaçu, em parceria com este instituto.
- 3) Curso de Metodologia de Contagem de Pirarucu – ministrado para 16 pescadores das seguintes Unidades de Conservação: RDS Uacari, RESEX do Médio Juruá, RESEX Carauari, RESEX Canutama, FLONA Canutama, RESEX do Rio Jutai e RESEX do Baixo Juruá.
- 4) Curso de Manejo Florestal em Área de Várzea – ministrado para 11 técnicos das seguintes instituições: Fundação Nacional de Assistência ao Índio – FUNAI/Lábrea, IDS Fonte Boa, Associação de Produtores de Carauari – ASPROC, Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM/Manaus, Japurá e Tefé e, Secretaria de Meio Ambiente de Tefé - SEMA.
- 5) Curso de Multiplicadores de Turismo de Base Comunitária – ministrado para 10 moradores da Floresta Nacional de Tefé e um técnico do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

Indicador 6	Unidade	Peso	V0	Metas para 2012	Alcançado no ano
Número de eventos de disseminação das experiências e melhores práticas do IDSM (EDEMP) ao ano	N	3	2	5	5

Memória de cálculo do indicador: O indicador é obtido por meio da contagem direta dos cursos acerca do desenvolvimento de processos e tecnologias desenvolvidos pelo IDSM que são oferecidos no ano da análise. A fonte da informação são relatórios dos respectivos cursos e lista de presença dos participantes elaborados pelos técnicos dos programas de manejo de recursos naturais do IDSM.

2.3.3. Macroprocesso 3: Manejo Sustentável

Indicador 7 – Número Cumulativo de Rotinas de Abordagem Elaboradas para Diferentes Contextos de Manejo Sustentável de Recursos Naturais (NCRAb)

7.1. Apresentação

Este indicador mostra a eficácia do desenvolvimento dos sistemas de manejo de recursos naturais implementados ou promovidos pelo IDSM, e sua adequação a distintas realidades ambientais e sociais encontradas na sua fase de implantação. Cada um dos sistemas de manejo desenvolvidos e adaptados pelo IDSM precisam ser ajustados a casos especiais em função das particularidades ambientais ou em função da realidade social dos manejadores. A elaboração de “protocolos” ou “rotinas de abordagem” para guiar e documentar estes ajustes, e abordar cada uma destas distintas realidades mede a eficácia dos sistemas de manejo, de sua capacidade de adaptação e de seu potencial de replicação. O indicador tenta demonstrar que os diferentes sistemas de manejo em curso ou em preparação no IDSM se dirigem a uma adaptação às condições sociais e ambientais de cada caso. Atualmente são implementados ou promovidos pelo IDSM sistemas de manejo nas seguintes áreas:

1. Recursos turísticos ou cênicos
2. Recursos pesqueiros para fins alimentares
3. Recursos pesqueiros para fins ornamentais
4. Recursos florestais madeireiros
5. Recursos florestais não madeireiros
6. Recursos faunísticos

O método de cálculo deste indicador é obtido pela contagem cumulativa direta de protocolos elaborados e publicados pelo IDSM sobre as distintas adaptações dos sistemas de manejo para as distintas realidades socioambientais abordadas em campo.

7.2. Alcançado no ano

Até 2011 foram publicados no sítio do IDSM na Internet quatro protocolos. Dois sobre duas diferentes modalidades de pesca manejada de pirarucus, um sobre a pesca de peixes ornamentais e, um sobre turismo de base comunitária. Em 2012 foi elaborada uma rotina/protocolo, sobre manejo de recursos florestais madeireiros, contabilizando um total de cinco.

Indicador 7	Unidade	Peso	V0	Metas para 2012	Alcançado no ano
Número Cumulativo de Rotinas de Abordagem elaboradas para diferentes contextos de manejo sustentável de recursos naturais (NCRAb).	N	3	0	5	5

Memória de cálculo do indicador: O indicador é obtido por meio da contagem direta cumulativa das **rotinas de abordagem ou protocolos de manejo sustentável de recursos naturais, apropriados para diferentes contextos socioambientais**. A fonte da informação são as próprias publicações dos programas de manejo de recursos naturais do IDSM.

Indicador 8 – Índice de Clareiras de Derrubada (ICD) nas áreas de Manejo Florestal Comunitário.

8.1. Apresentação

Este indicador mede a efetividade das medidas de manejo e da atuação dos responsáveis pelo Programa de Manejo Florestal Comunitário (PMFC), ambas aferidas pelo acompanhamento da quantidade de habitat convertido por ano para fins madeireiros. Por recomendação da Comissão de Avaliação, o índice passou a ser calculado por meio da divisão entre o somatório do tamanho das clareiras abertas (em m²) pelo somatório da área manejada (em hectares).

Uma interferência de manejo deve, por princípio, realizar o menor impacto possível na floresta. Em áreas de extração tradicional ou convencional e não-manejada de madeira o impacto da atividade pode ser medido por vários meios. Um deles é o tamanho médio das clareiras formadas. Num cálculo que envolve um grande número de clareiras, em áreas de exploração de tamanho variável, este impacto foi calculado como cerca de 800 m² por hectare de floresta, nos quais 12 árvores, em média, são derrubadas para cada árvore a ser explorada.

Nas áreas de manejo comunitário que recebem apoio técnico-científico do IDSM, este tamanho médio pode ser reduzido à metade ou mesmo menos que isto. Atualmente, o tamanho médio do impacto é calculado em 400 m² por hectare de floresta explorada. Espera-se que este impacto seja reduzido em 20% paulatinamente até atingir os níveis inferiores a 320 m² ao longo dos próximos quatro a cinco anos. Assim, 320 m² por hectare por ano será o limite superior da meta ao final do período, e não poderá ser ultrapassado. Para cada ano haverá uma redução de 20m² na meta da medida.

8.2. Alcançado no ano

No ano de 2012, não houve exploração de madeira, portanto não foi possível medir clareiras. Três comunidades possuem licenças e, se a vazante tivesse ocorrido normalmente teria sido possível para que ao menos uma dessas comunidades, que extrai madeira em prancha, fazer a exploração. Entretanto, outros fatores, como a falta de adiantamento de pagamento pelos compradores em tempo hábil, inviabilizou a exploração do ano.

Indicador 8	Unidade	Peso	V0	Metas para 2012	Alcançado no ano
Índice de Clareiras de Derrubada (ICD) nas áreas de Manejo Florestal Comunitário.	M ² /ha	2	400	Abaixo de 350	--

Memória de cálculo do indicador:

O Índice de Clareiras de Derrubada (ICD) nas áreas de Manejo Florestal Comunitário é calculado por meio da divisão entre o somatório do tamanho das clareiras abertas (em m²) pelo somatório da área manejada (em hectares)

Onde:

AC (área da clareira) = $\pi (D/2)^2$ (onde D é o diâmetro da clareira), ou

AC (área da clareira) = $\pi (r)^2$ (onde r é o raio da clareira)

STMC (somatório do tamanho das clareiras) = $\Sigma (\pi (D/2)^2)$ (em m²)

ICD = STMC/SAh (onde SAh é o somatório da área manejada no ano, em hectares, sob atividade de manejo florestal recebendo aconselhamento técnico do PMFC)

Indicador 9 – Índice de Pirarucus Manejados nas RDSM e RDSA com Tamanho Superior ao Limite Ideal de Abate (ITP)**9.1. Apresentação**

Este indicador reflete a efetividade das práticas de manejo sustentável da pesca de pirarucu nas Reservas Mamirauá e Amanã por meio de assistência técnica, do aconselhamento e do monitoramento do tamanho médio dos animais pescados nos diferentes setores onde o manejo se desenvolve com a assessoria técnico-científica do IDSM. O limite de tamanho aplicado no abate pode indicar o acatamento à principal medida de manejo, que é o tamanho mínimo de abate definido pelo IBAMA, de 1,50 m. Como pesquisas demonstraram que o tamanho à primeira maturação sexual da espécie é de 1,65 m, no IDSM consideramos que o limite determinado pelo IBAMA é muito conservador, e levamos este limite a um nível mais desafiador, e também mais apropriado do ponto de vista da biologia deste recurso natural. Mantendo-se o tamanho dos animais abatidos sempre acima deste limite podemos garantir a sustentabilidade da pesca por meio da regeneração biológica dos estoques. Assim, quanto maior o índice de animais manejados com tamanho acima de 1,65 m, maior será a sustentabilidade do sistema de manejo. O papel do IDSM nesta meta é o de manter os esforços de aconselhamento técnico, acompanhamento, monitoramento e auditoria dos sistemas de manejo de pesca em todos os locais que realizam o manejo nas duas reservas sob a supervisão do Instituto. Apenas um grande esforço dos técnicos do programa atuando constantemente junto às associações de pescadores pode oferecer garantia de bons níveis de obediência às normas de manejo. Este indicador pretende acompanhar a proporção de indivíduos manejados que se encontram acima de 1,65 m de comprimento total. Esta deve ser sempre superior a 0,7.

9.2. Alcançado no ano

Indicador 9	Unidade	Peso	V0	Metas para 2012	Alcançado no ano
Índice de pirarucus manejados nas RDSM e RDSA com tamanho superior ao limite ideal de abate (ITP)	N	2	0,72	Acima de 0,7	0,78

Memória de cálculo do indicador:

Este indicador é obtido pelo cálculo da proporção de animais manejados com tamanhos (comprimentos totais) maiores ou iguais a 1,65m, em relação a todos os animais abatidos em todos os sistemas de manejo de pesca de pirarucu que estejam sob acompanhamento técnico-científico do IDSM, no ano da análise. A fórmula deste indicador é:

$$ITP = \frac{Npm}{NTp}, \text{ onde}$$

$$ITP = \frac{4.541}{5.857}$$

$$ITP = 0,78$$

Npm = número de pirarucus manejados de tamanho maior ou igual a 1,65m no ano

NTp = número total de pirarucus manejados no mesmo ano

Base de cálculo:

Tabela 1. Número de peixes capturados e monitorados em 2012.

Área	Peixes	
	Capturados/ Monitorados	Kg
Jarauá	1063	50833
Tijuaca	315	15602
Jutaí-Cleto	284	14813
Maraã	2827	155053
Pantaleão	616	29618
Coraci	492	24801
Paraná Velho	260	13428
	5857	304148

Tabela 2. Porcentagem de pirarucus capturados por classes de comprimento em 2012.

Comprimento (cm)	Nº Pirarucus	%
150 - 164	1.316	22,0
≥ 165	4.541	78,0
	5.857	100,0

Indicador 10 – Índice de comunidades realizando atividades de manejo dos recursos naturais nas RDSM e RDSA (ICRAM).

10.1. Apresentação

Este indicador mede o desempenho dos programas de manejo de recursos naturais para a expansão de suas atividades para novas áreas das Reservas Mamirauá e Amanã que ainda não recebem assessoria desses programas. Para isso, estão previstos investimentos para beneficiar as comunidades através de capacitações para as atividades de manejo, fortalecimento da gestão comunitária, introdução de novas tecnologias de produção, desenvolvimento ou aperfeiçoamento da produção e oferta de assessorias para licenciamento e para comercialização da produção.

10.2. Alcançado no ano

Em 2012 foram incluídas duas novas comunidades em processos de manejo de recursos naturais na área das Reservas Mamirauá e Amanã: Porto Alegre e Curupira. (Ver apêndice 3). Estas comunidades estão sendo assessoradas pelo Programa de Manejo de Pesca, através de capacitação e assessoria técnica para o manejo. Fazem parte do Setor Caruara, onde a maioria dos assentamentos está localizada na Reserva Amanã, mas a área de manejo de recursos pesqueiros fica dentro da Reserva Mamirauá.

Indicador 10	Unidade	Peso	V0	Metas para 2012	Alcançado no ano
Índice de comunidades realizando atividades de manejo dos recursos naturais nas RDSM e RDSA (ICRAM)	N	3	0,28	0,33	0,33

Memória de cálculo do indicador:

Este indicador é calculado pela contagem do número cumulativo de comunidades da RDSM e da RDSA que recebem assessorias e aconselhamento dos programas de manejo de recursos naturais do IDSM, em relação ao número total de comunidades existentes nestas duas reservas. As fontes da informação são os relatórios mensais de atividades dos respectivos programas de manejo de recursos naturais.

A fórmula aplicada é:

$$\text{ICRAM} = \frac{\text{Nca}}{\text{NTc}},$$

Nca = número de comunidades atendidas/beneficiadas pelo IDSM no ano **(73)**

NTc = número total de comunidades existentes nas RDSM e RDSA **(220)**

MACROPROCESSOS 4 e 5: QUALIDADE DE VIDA E TECNOLOGIAS DE GESTÃO

Estes dois macroprocessos caracterizam-se por tratar dos níveis de organização das comunidades beneficiárias. O macroprocesso Qualidade de Vida testa ou desenvolve tecnologias sociais que melhoram a qualidade de vida humana nos pequenos assentamentos ribeirinhos rurais, e os implementa permitindo que os mesmos sejam apropriados por aquelas populações.

Já o macroprocesso de Tecnologias de Gestão busca promover formas participativas de gestão ambiental (tanto do território quanto dos seus recursos naturais). Neste contexto, os fóruns participativos para tomada de decisão são particularmente relevantes.

Estes dois macroprocessos são conduzidos respectivamente pela Coordenação de Qualidade de Vida, e de Gestão Comunitária, ambas parte da Diretoria de Manejo e Desenvolvimento.

Pouco mais de 11% das comunidades que vivem em ambiente de várzea (que são as que apresentam maior vulnerabilidade e demandam maior aplicação destas tecnologias sociais) são hoje atendidas por experimentos que visam desenvolvimento de tecnologias para incremento da qualidade de vida.

A mais conhecida delas, o sistema de bombeamento e abastecimento de água com uso de energia solar, foi premiada em 2012 com o prêmio FINEP na categoria Tecnologias Sociais, tanto em nível regional quanto nacional.

Conforme mencionado nos relatórios anteriores o indicador 12, que mede a intensidade de participação das lideranças comunitárias capacitadas pelo IDSM nas Assembleias para tomada de decisão, não foi alcançado. Muitos são os motivos pelos quais isto não ocorreu. Tais motivos, expostos na apresentação do indicador, fogem à abrangência de ação do IDSM. Por tal motivo, sugerimos desde o relatório anterior, que este indicador seja substituído.

O sistema de proteção ambiental conduzido pelos AAVs e apoiado pelo IDSM tem mantido seu ritmo de expansão, buscando abranger a totalidade das duas reservas nos próximos quatro anos. Os desafios e dificuldades continuam muito fortes, mas a organização das comunidades e dos órgãos representativos dos produtores é tal que ainda mantém o sistema funcionando. Este vínculo se dá pela associação entre a necessidade de proteção e o licenciamento para manejo sustentável dos recursos naturais.

As ações de um grupo de educação ambiental e de um grupo de comunicação popular dentro da Coordenação de Gestão Comunitária (CGC) garantem maior suporte para que as atividades dos AAVs, supervisionados pela sub-coordenação de proteção ambiental, sejam bem sucedidas.

2.3.4. Macroprocesso 4: Qualidade de Vida

Indicador 11 – Índice de comunidades beneficiadas (ICB) nas áreas focais das RDSM e RDSA por experimentos que visam qualidade de vida de seus moradores.

11.1. Apresentação

Este indicador é cumulativo e voltado para implementação de tecnologias sociais apropriadas que visem à melhoria dos padrões de vida das comunidades ribeirinhas das áreas focais das RDSA e RDSM, como pilotos para replicação. Estão sendo considerados na formação do indicador todos os tipos de experimentos associados a aspectos sanitários (disposição de dejetos humanos), água potável (tratamento e distribuição) e disponibilidade e uso de energias alternativas.

São consideradas prioritárias as comunidades que estão situadas em ambientes de várzea localizadas na RDSM e RDSA, pois, as condições físicas do meio tornam praticamente impossível utilizar as técnicas normalmente aplicadas nas áreas não alagadas. Algumas comunidades da área focal da RDSA, localizadas em ambientes não alagados, também são alvos deste indicador por serem moradoras da Unidade.

11.2. Alcançado no ano

Até 2011 foram implementados seis experimentos de bombeamento e tratamento de água em seis comunidades, visando à melhoria da qualidade de vida dos seus moradores. Em uma delas, além do bombeamento de água foi realizado também um experimento com sistema de fossa filtro.

Em 2012, para atendimento da meta anual, foram instalados mais dois sistemas de bombeamento e abastecimento de água de superfície com energia solar. Um na Comunidade São Raimundo do Jarauá e outro na Comunidade Vila Nova do Amanã, que juntas apresentam um total de 232 moradores.

O apêndice 4 apresenta a relação de comunidades da RDS Mamirauá e da RDS Amanã por tipo de ação implementada, com destaque para àquelas onde estão sendo realizados os experimentos.

Indicador 11	Unidade	Peso	V0	Metas para 2012	Alcançado no ano
Índice de comunidades beneficiadas (ICB) nas áreas focais das RDSM e RDSA por experimentos que visam qualidade de vida de seus moradores	N	1	0,027	0,109	0,109

Memória de cálculo do indicador:

Usando informações obtidas a partir dos relatórios mensais do Programa de Qualidade de Vida do IDSM, são contabilizadas as comunidades onde foram realizadas cumulativamente, ao longo dos seis anos (2010-2015), experimentos de abastecimento e tratamento de água, energia alternativa ou destinação de dejetos com recursos originários do Contrato de Gestão. É utilizada a seguinte fórmula:

$$\text{ICB} = \frac{\text{NCCExp}}{\text{NCVAF}} \quad \text{ICB} = 8 / 73 = 0,109$$

Onde:

NCCExp = Número cumulativo de comunidades com experimentos em qualidade de vida na RDSM e RDSA no ano de análise (8)

NCVAF = Número de comunidades alvo nas áreas focais das reservas (N=73)

2.3.5. Macroprocesso 5: Tecnologias de Gestão

Indicador 12 – Índice de participação das lideranças-ano capacitadas pelo IDSM (IPLC)

12.1. Apresentação

Este índice reflete a efetividade dos esforços de capacitação de lideranças por meio da aferição de sua participação nas instâncias máximas de discussão e tomada de decisão participativa, que são as assembleias anuais, na gestão das unidades de conservação cuja gestão é compartilhada com IDSM, a RDSM e a RDSA.

12.2. Alcançado no ano

A meta não foi alcançada. Foram realizadas a XIX Assembleia Geral de Moradores e Usuários da RDS Mamirauá e a V Assembleia Geral de Moradores e Usuários da RDS Amanã, com a participação de 335 e 86 pessoas, respectivamente. Participaram lideranças e representantes de comunidades e de instituições locais e regionais. Nas duas reservas, até 2009 quando foi definido o V0, foram capacitadas 392 lideranças pela equipe do Instituto Mamirauá. Destas, 100 participaram das Assembleias de 2012. Para que a meta fosse alcançada, deveriam ter participado 136/137 lideranças. Mas a maioria das lideranças que foi capacitada está em idade de aposentadoria e cedem suas vagas nos fóruns de tomada de decisão para pessoas mais jovens. Outras mudaram-se para as sedes dos municípios, onde assumem cargos no serviço público municipal, com outra agenda de atividades, diferente daquelas que tinham na comunidade e na gestão das reservas.

Indicador 12	Unidade	Peso	V0	Metas para 2012	Alcançado no ano
Índice de participação das lideranças-ano capacitadas pelo IDSM (IPLC).	N	1	0,22	0,35	0,25

Memória de cálculo do indicador: Os cálculos deste indicador são realizados a partir de informações coletadas por meio da consulta às **listas de lideranças presentes e votantes nas assembleias anuais da RDSM e da RDSA, confrontadas com as listas de pessoas capacitadas pelos esforços do IDSM ao longo dos últimos anos**. De acordo com orientações da comissão de avaliação, o cálculo deste indicador obedece a seguinte fórmula:

$$\text{IPLC} = \text{NLCAG} / \text{NTLC} \quad \text{IPLC} = 100 / 392 = 0,25$$

Onde:

NLCAG = Número de lideranças capacitadas pelo IDSM participando das Assembleias Gerais da RDSM e da RDSA no ano da análise (N=100)

NTLC = Número total cumulativo de lideranças capacitadas pelo IDSM (N=392)

Indicador 13 – Índice de setores da RDSM e da RDSA nos quais há atuação de Agentes Ambientais Voluntários (ISAAV)

13.1. Apresentação

Este indicador reflete a eficácia do esforço de controle e vigilância do IDSM para fiscalizar todos os atuais setores das Reservas Mamirauá e Amanã com apoio dos membros da comunidade devidamente capacitados e credenciados pelo IBAMA para esta finalidade.

O papel do IDSM neste processo é o de promover a capacitação e credenciamento realizado pelo IBAMA, organizar os AAVs capacitados, motivá-los, equipá-los e prover apoio logístico à sua atuação, além de realizar sua supervisão geral. O índice apóia-se no resultado da experiência de cerca de 11 anos, que indica que o quantitativo de AAVs atuantes é uma medida indireta da eficácia da proteção conferida pelas comunidades às áreas protegidas. Sua distribuição nos setores das reservas descreve a eficácia em alocar adequadamente este apoio no espaço físico das reservas cuja gestão é compartilhada com o IDSM. Há grandes desafios para a manutenção deste programa pelo IDSM, especialmente no que se refere à manutenção da mobilização e organização comunitárias e ao levantamento de recursos para custeá-lo.

13.2. Alcançado no ano

Ao longo de 2012 foi implementado um sistema de proteção ambiental em mais uma área/setor da RDS Mamirauá e mantida a atividade das equipes de AAVs que já vinham atuando em 12 setores das duas reservas. Foram realizadas capacitações visando aprimorar o trabalho das equipes em atividade, abordando temas ligados a Educação Ambiental e sete ações de proteção ambiental em parceria com o IPAAM – Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas, e com o CEUC- Centro Estadual de Unidades de Conservação.

A realização de capacitações para ampliação do número de agentes e equipes depende não apenas de recursos, mas também de oportunidade nos calendários e agendas dos órgãos que ministram os cursos (IBAMA e Centro Estadual de Unidades de Conservação – CEUC). A última capacitação foi realizada em 2011, após longa negociação com a Superintendência do IBAMA no Amazonas. Com a coordenação do Programa Agentes Ambientais Voluntários no estado, foi agendado e realizado um curso. Aguarda-se ainda um posicionamento do Centro Estadual de Unidades de Conservação – CEUC sobre a realização da segunda parte da capacitação de AAVs iniciada em 2010 na Reserva Amanã, e que, se concluída, irá contar com novos agentes para a formação de equipes nos setores ainda descobertos daquela reserva. A oficina de credenciamento não ocorreu em 2012, principalmente em função da redução de pessoal nos quadros do CEUC.

Com o fechamento do escritório do IBAMA em Tefé em 2012, uma frente de articulação e parceria se estabeleceu com os órgãos do Estado do Amazonas (IPAAM e CEUC) com vistas a substituir o órgão federal de meio ambiente que era o parceiro para a formação de novos AAVs e acompanhamento de missões de proteção ambiental na área das Reservas. A intenção é que estas duas atividades sejam assumidas pelos órgãos estaduais.

A área onde foi implementado o trabalho dos AAVs para atender a meta de 2012 está situada na Reserva Mamirauá, nas proximidades da cidade de Maraã, onde pescadores urbanos associados ao Sindicato de Pescadores de Maraã pretendem realizar o manejo dos recursos pesqueiros. A principal estratégia para a expansão da cobertura do trabalho de proteção ambiental das Reservas com a participação de agentes ambientais voluntários tem sido a de um trabalho conjunto e articulado com o Programa de Manejo de Pesca, acompanhando e

participando das iniciativas de expansão do manejo de pesca para outras áreas. Como a vigilância é um dos requisitos fundamentais para a implementação e também sucesso do manejo dos recursos pesqueiros, que são tão importantes para a economia da região, a possibilidade de sucesso e consolidação de uma nova equipe de AAVs se torna muito maior com essa estratégia.

Indicador 13	Unidade	Peso	V0	Metas para 2012	Alcançado no ano
Índice de setores da RDSM e da RDSA nos quais há atuação de agentes ambientais voluntários	N	2	0,73	0,87	0,87

Memória de cálculo do indicador:

Este indicador é calculado pela seguinte fórmula:

$$IDAAV = SAAV / 15$$

Onde:

SAAV = Número de setores onde há atuação de AAV's na RDSM e na RDSA (N=13)

E 15 é o número total de setores organizados nas áreas focais destas duas reservas.

2.3.6. MACROPROCESSO 6: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O macroprocesso de Desenvolvimento Institucional objetiva acompanhar a evolução e fortalecimento do IDSM, identificando as estratégias utilizadas para a obtenção de fontes adicionais de recursos financeiros e, assim, garantir a sustentabilidade financeira da instituição e de suas atividades.

Além do aspecto da sustentabilidade financeira do IDSM, o desenvolvimento institucional também envolve outros aspectos de grande relevância.

A equipe administrativa do IDSM tem passado por várias etapas de um processo de aperfeiçoamento e capacitação interna e externa, visando aprimorar os serviços oferecidos ao bom funcionamento institucional.

A gestão de recursos humanos, iniciada em 2010, está focada no aperfeiçoamento não apenas da capacidade dos funcionários, mas também em seu bem estar. Em 2011 foi iniciado o processo de adesão dos funcionários ao plano de saúde para os mesmos e seus dependentes, o que teve continuidade em 2012. Também neste ano foram iniciadas atividades de ginástica laboral para os funcionários e foi inaugurada uma lanchonete no interior do campus, para dar suporte ao corpo de colaboradores.

Em 2012 o IDSM iniciou os trabalhos de preparação de um terreno para construção e instalação de um escritório de representação no município de Fonte Boa, visando apoiar as ações institucionais em partes remotas da RDSM e estreitar as relações do IDSM com a prefeitura daquele município, e com seu órgão municipal de desenvolvimento sustentável (IDSFB).

No ano de 2012, duas novas bases de campo foram completamente reformadas, e as atividades de manutenção de instalações, veículos e embarcações foram intensificadas.

Desde o ano de 2012 está em curso no campus da sede do IDSM em Tefé a construção de um prédio de pesquisas e de um prédio de extensão. No primeiro serão alojados pesquisadores, laboratórios e salas de acervo. No segundo será instalada uma escola de gestores comunitários. Ambos deverão ser concluídos em 2013.

Para o terceiro ciclo de vigência do Contrato de Gestão, iniciado em 2010, foi definido como indicador para análise e acompanhamento deste macroprocesso o Indicador 14, abaixo apresentado.

Indicador 14 – Alavancagem Mínima de Recursos Fora do Contrato de Gestão no IDSM (AMRFCG)

14.1. Apresentação

Este Indicador demonstra a eficácia do IDSM em diversificar suas fontes de financiamento e assim garantir sua sustentabilidade financeira e de suas atividades.

A meta pactuada no contrato de gestão estipula que o IDSM deverá obter anualmente, no mínimo, 30% de recursos oriundos de outras fontes fora do Contrato de Gestão. Sendo assim, a AMRFCG deve ser mantida acima de 0,3 ao longo dos próximos anos (2010-2015). A Tabela 3, a seguir, apresenta os recursos obtidos em 2012.

Tabela 3. Distribuição dos recursos financeiros obtidos, por fonte ou origem, em 2012.

Fontes	2012
Contrato de Gestão / MCT	23.769.035,89
1º Subtotal – Valores Recebidos Contrato de Gestão (VTCG)	23.769.035,89
Pousada Uacari	754.860,50
CNPq	320.000,00
Max Planck Institute	12.033,39
Lojas do Mamirauá	98.980,27
ExonMobil / USAID	134.900,00
USAID / IDER	443.085,41
CLP – Conservation Leadership Programme	24.543,72
Petrobras	729.388,21
FINEP – Prêmio Inovação 2012 – Etapa Regional	140.000,00
Aluguel Lanchonete	2.333,00
BNDES – Fundo Amazonia	4.252.339,21
Doações	262,83
2º Subtotal – Alavancagem de Outras Fontes (RAFEG)	6.912.726,54
Total Arrecadado no Ano	30.681.762,43
Alavancagem Fora do Contrato de Gestão (AMRFG)	0,29

O valor total apresentado na tabela acima corresponde, cumulativamente, ao somatório de todos os termos aditivos do Contrato de Gestão/MCTI assinados para o ano de 2012.

É possível observar que, devido aos atuais patamares do Contrato de Gestão, fica cada vez mais desafiador o alcance da meta proposta para este indicador. É necessária uma urgente revisão da meta deste indicador para os próximos anos.

A Figura 4, a seguir, ilustra a distribuição dos recursos recebidos pelo IDSM no ano de 2012.

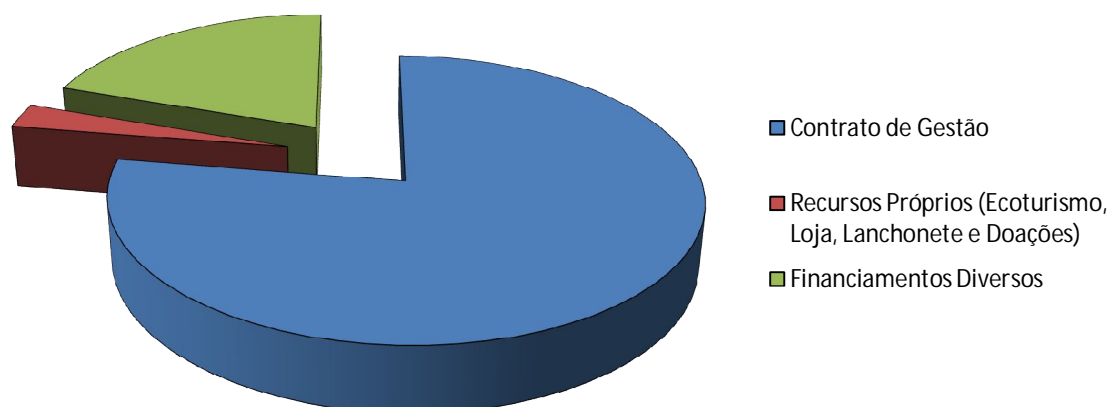


Figura 4. Distribuição das fontes de recursos do IDSM no ano de 2012.

14.2. Alcançado no ano

Em 2012, os recursos alavancados fora do Contrato de Gestão pelo IDSM alcançaram o índice de 0,29 em relação aos repasses do Contrato de Gestão.

Indicador 14	Unidade	Peso	Meta para 2012	Alcançado no ano
Alavancagem mínima de recursos fora do contrato de gestão no IDSM (AMRFCG)	N	2	Acima de 0,3	0,29

Memória de cálculo:

O indicador é obtido através da relação proporcional entre os recursos obtidos pelo Contrato de Gestão e os recursos de outras fontes de financiamento, segundo a fórmula:

$$\text{AMRFCG} = \frac{\text{RAFCG}}{\text{VTCG}} = \frac{6.912.726,54}{23.769.035,89}$$

Onde:

RAFCG = Recursos alavancados fora do Contrato de Gestão pelo IDSM no ano.
(R\$ 6.912.726,54).

VTCG = Valores transferidos pelo Contrato de Gestão ao IDSM no ano. (R\$ 23.769.035,89).

3. RELATÓRIO FINANCEIRO

Nos últimos cinco anos de Contrato de Gestão, os valores repassados ao IDSM perceberam um aumento significativo (Tabela 4 abaixo), fruto de constantes negociações mantidas entre o MCTI e o IDSM para suporte financeiro do IDSM.

Tabela 4. Evolução do orçamento do IDSM nos últimos cinco anos.

Fonte de recurso	2008	2009	2010	2011	2012
LOA / MCTI	6.750.000,00	6.750.000,00	15.129.947,00	15.410.776,00	10.357.820,00
Termo Aditivo Complementar (FNDCT)	400.000,00	1.600.000,00			8.786.955,00
Total Repassado	7.150.000,00	8.350.000,00	15.129.947,00	15.410.776,00	19.144.775,00
% de acréscimo frente ao ano anterior	17,22	16,78	81,20	1,86	24,23

Nas fases anteriores do Contrato de Gestão, de 2001 a 2009, o IDSM tinha como estratégia institucional a formação de uma equipe e a consolidação da infraestrutura em sua sede, com aumento das instalações prediais dos laboratórios, escritórios de trabalho, bases de campo e dos acervos. A FINEP/MCTI foi o principal financiador desta consolidação.

Para este ciclo de 2010 até 2016, a estratégia institucional visa a expansão de suas ações / atividades dentro e fora das RDS Mamirauá e Amanã, através da disseminação das boas práticas de manejo para as áreas das reservas, onde a atuação do IDSM era esporádica, e para expansão das pesquisas ao longo da Calha do Rio Solimões. Esta situação demandou o atual patamar dos valores contratuais.

A Tabela 5, a seguir, apresenta o demonstrativo detalhado de receitas e despesas de 2012. Maiores detalhes podem ser vistos no Balanço Patrimonial do Contrato de Gestão apresentado no apêndice 5.

O Contrato de Gestão é a única fonte de recursos capaz de assumir os custos de pessoal e manutenção da OS. O IDSM continua buscando recursos financeiros externos para investimento e custeio das suas atividades fim. Estas propostas encontram-se relacionadas no apêndice 6. Entretanto, o crescimento dos valores contratuais tornam cada vez menos viável atingir anualmente taxas de alavancagem tão altas.

Tabela 5. Demonstrativo detalhado das Receitas e Despesas do IDSM em 2012.

RELATÓRIO FINANCEIRO RECURSOS CONTRATO DE GESTÃO		
Período: 01/01/2012 a 31/12/2012		
SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR		
BANCO (CONTA CORRENTE / APLIC. FINANCEIRAS)	R\$	5.335.511,51
CREDITOS EM CIRCULAÇÃO	R\$	478.491,58
SALDO DE CAIXA	R\$	1.838,36
ESTOQUE DE ALMOXARIFADO	R\$	33.397,96
1 - TOTAL DO SALDO ANTERIOR	R\$	5.849.239,41
ENTRADAS		
RECURSOS CONTRATO DE GESTÃO	R\$	23.769.035,89
DESCONTOS OBTIDOS	R\$	8.847,95
BB DI CORPORATIVO	R\$	362.621,26
2 - TOTAL DE ENTRADAS	R\$	24.140.505,10
SAÍDAS		
PESSOAL	R\$	11.314.099,76
MATERIAIS, SUPRIMENTOS E SERVIÇOS	R\$	5.377.128,55
EQUIPAMENTES PERMANENTES	R\$	1.607.957,23
DIÁRIAS E PASSAGENS	R\$	838.850,52
ALUGUÉIS, TELEFONE, ÁGUA, LUZ, ETC...	R\$	540.260,66
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	R\$	277.744,51
DESPESAS PROVISIONADAS EM 2012	R\$	(1.386.092,04)
DESPESAS PROVISIONADAS EM 2011 E PAGAS EM 2012	R\$	1.211.204,63
3 - TOTAL DE SAÍDAS	R\$	19.781.153,82
4 - SALDO DE RECURSOS A REALIZAR (1 + 2 - 3)	R\$	10.208.590,69
DISPONÍVEL EM 31/12/2012		
BANCO (CONTA CORRENTE / APLIC. FINANCEIRAS)	R\$	9.652.888,80
CREDITOS EM CIRCULAÇÃO	R\$	512.678,71
SALDO DE CAIXA	R\$	2.783,76
ESTOQUE DE PRODUTOS ALMOXARIFADO	R\$	40.239,42
5 - TOTAL DE DISPONIBILIDADES	R\$	10.208.590,69
RECURSOS EMPENHADOS*		
SALÁRIOS E ENCARGOS	R\$	1.201.685,21
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	R\$	29.646,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRIBUTÁRIAS	R\$	846,05
FORNECEDORES	R\$	107.318,95
OUTRAS OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	R\$	46.595,83
6 - TOTAL DE RECURSOS EMPENHADOS	R\$	1.386.092,04
7 - SALDO DE SUBVENÇÕES A REALIZAR (5 - 6)	R\$	8.822.498,65

- Os valores apresentados no item 06 - Recursos Empenhados dizem respeito às obrigações contraídas com empregados e terceiros que ainda não foram quitadas. Este total reduz o saldo financeiro de 31/12/2012 que era de R\$ 10.208.590,69 (dez milhões duzentos e oito mil quinhentos e noventa reais e sessenta e nove centavos) para R\$ 8.822.498,65 (oito milhão oitocentos e vinte e dois mil quatrocentos e noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos) que corresponde a real disponibilidade financeira que o IDSM dispunha naquela data.

3.1. Saldos Anuais Reprogramados

Ao final de cada ano, é necessária a permanência de saldos financeiros em 31 de dezembro para garantir financeiramente a instituição durante o período sem transferência de recursos no início do ano subsequente. Atualmente o primeiro repasse do ano costuma ocorrer após transcorridos 08 meses.

No Quadro 6 abaixo, são apresentados os saldos financeiros do IDSM nos últimos cinco anos que foram reprogramados para o exercício seguinte.

Quadro 6. Saldos financeiros Reprogramados nos últimos cinco anos

Ano	Saldo em 31 de dezembro (em R\$)
2008	4.587.020,99
2009	3.666.848,16
2010	3.447.108,51
2011	4.638.034,78
2012	8.822.498,65

Os saldos financeiros remanescentes em 31 de dezembro indicados no quadro acima, até 2011, foram integralmente utilizados no primeiro semestre do ano seguinte. Estes eram os recursos disponíveis para cobrir as atividades essenciais de pesquisa e extensão, além do custeio das despesas trabalhistas e manutenção básica da instituição, até o recebimento da primeira parcela dos recursos pactuados para o ano subsequente. Abaixo, apresentamos o quadro de utilização do saldo financeiro de 2011 durante o 1º semestre de 2012.

Quadro 7. Demonstrativo da Utilização do Saldo Financeiro de 2011 no 1º Semestre de 2012

Descrição de Despesas	Saldo em 31/03/2012 (R\$)
- Pessoal e encargos	2.409.675,92
- Materiais, Suprimentos e Serviços.	847.583,60
- Equipamentos Permanentes	65.534,53
- Diárias e Passagens	116.204,81
- Aluguéis, telefone, água, luz e demais taxas.	253.253,28
- Despesas Tributárias	58.026,86
- Constituição de Reserva Técnica (Trabalhista)	887.755,78
Total em R\$	4.638.034,78

3.2. Fundo de Reserva

No atual ciclo do Contrato de Gestão, de 2010 a 2016, foi estabelecido na sua cláusula sexta a constituição, e a finalidade do uso, de Reserva Técnica para cobrir as seguintes necessidades:

- i. Custeio da continuidade de atividades básicas do IDSM;
- ii. Pagamento de contratos e direitos trabalhistas não previstos; e
- iii. Outros gastos em atividades de relevante interesse para os objetivos do contrato de Gestão.

A reserva técnica deverá ser constituída a partir dos saldos financeiros dos exercícios anteriores e do resultado de aplicação financeira dos mesmos, com objetivo de custear as atividades por, no máximo, oito meses. Os valores que se destinam a custeio de atividades relevantes deverão ser reprogramados para o exercício seguinte.

A cada semestre, são realizados estudos internos de acompanhamento das necessidades financeiras do IDSM. Em 2012, o saldo financeiro de 2011 foi suficiente para manter 03 meses de custeio das atividades da instituição, mostrando-se insuficiente para custear os 08 meses previstos no atual Contrato de Gestão.

Em 2011, estudos mostraram que o IDSM precisaria de R\$ 10.308.100,00 (dez milhões trezentos e oito mil e cem reais) para cobrir todas as três finalidades estabelecidas no Contrato de Gestão pelo período de 08 meses. Este estudo foi apresentado ao Conselho de Administração do IDSM em sua 35ª Reunião Ordinária, e o valor foi aprovado como teto de Reserva Técnica a ser constituída, conforme previsão do Contrato de Gestão. A composição do teto é a seguinte:

- i. Custeio da continuidade de atividades básicas do IDSM (despesas administrativas, folha de pagamento e encargos): R\$ 6.410.000,00 (seis milhões quatrocentos e dez mil reais) para 08 meses.
- ii. Pagamento de contratos e direitos trabalhistas não previstos (finalização de contratos trabalhistas):
R\$ 3.098.100,00 (três milhões e noventa e oito mil e cem reais); e
- iii. Custeio de outros gastos em atividades de relevante interesse para os objetivos do contrato de Gestão: R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) para 08 meses.

Novos estudos feitos em dezembro de 2012 mostram que os valores da reserva para pagamento de contratos e direitos trabalhistas, considerando o atual quadro de funcionários, deverá ser atualizado para R\$ 4.317.000,00 (quatro milhões, trezentos e dezessete mil reais), visando a finalização de possíveis indenizações trabalhistas. Este item deverá sofrer alterações semestrais em função da variação do quadro de pessoal da OS, pois o risco de insuficiência de saldo para cobrir estes contratos e direitos é grande. Este novo valor será apresentado ao Conselho de Administração na próxima reunião ordinária presencial.

Vale ressaltar a importância da manutenção desta reserva, para o caso de descontinuidade do Contrato de Gestão, pois serão estes recursos que garantirão o pagamento de todas as obrigações trabalhistas dos empregados contratados. Este valor deverá ser separado dos demais itens previstos da reserva técnica, e não deveria ser utilizado durante o período em que o contrato estiver vigente.

Desde o início do atual ciclo (2010-2016) do Contrato de Gestão, anualmente se tem reprogramado o saldo financeiro para o ano seguinte. Porém, o depósito do ano subsequente tem ocorrido sempre após o final do primeiro semestre. Isto tem feito com que o IDSM precise lançar mão do recurso da reserva técnica para garantir a manutenção de suas atividades pelo período de pelo menos 6 meses.

Na reprogramação do saldo financeiro de 2011, do valor de R\$ 4.638.034,78 (quatro milhões seiscentos e trinta e oito mil e trinta e quatro reais e setenta e oito centavos) foi possível separar R\$ 887.755,78 (oitocentos e oitenta e sete mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e setenta e oito centavos) para iniciar a constituição da reserva técnica prevista e aprovada pelo Conselho de Administração para fins de Encerramento dos Contratos Trabalhistas. O restante do saldo, R\$ 3.750.279,00 (três milhões setecentos e cinquenta mil duzentos e setenta e nove reais), foi destinado exclusivamente para continuidade de atividades iniciadas no ano anterior, conforme estabelecido no texto do 5º termo aditivo ao Contrato de Gestão.

A proposta de reprogramação para o saldo financeiro de 2012, que tem o valor de R\$ 8.822.498,65 (oito milhões, oitocentos e vinte e dois mil, quatrocentos e noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos), é que seja separado o valor total aprovado em 2011 pelo Conselho de Administração do IDSM. Ou seja, constituir integralmente a parte da reserva destinada para encerramento de contratos trabalhistas no valor de R\$ 3.098.100,00 (três milhões e noventa e oito mil e cem reais). O restante, R\$ 5.724.398,65 (cinco milhões, setecentos e vinte e quatro mil, trezentos e noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos) deverá ser destinado para continuidade de atividades iniciadas no ano anterior. É esta proposta que irá constar do 7º termo aditivo do Contrato de Gestão, que contemplará os repasses de 2013.

A diferença de R\$ 1.218.900,00 (um milhão duzentos e dezoito mil e novecentos reais), existente entre o valor aprovado pelo Conselho de Administração em 2011 para cobrir as obrigações trabalhistas e o atual valor apontado no estudo realizado em dezembro de 2012, será apresentado ao Conselho para subsidiar nova análise e buscar aprovação. Se aprovada, esta diferença será formada a partir dos saldos financeiros futuros.

Os recursos oriundos do 6º termo aditivo ao Contrato de Gestão, foram depositados no dia 20 de dezembro de 2012, impossibilitando o início das ações propostas para implementação do projeto estruturante apresentado e pactuado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, adiando-as para 2013.

Vale ressaltar que, mesmo havendo atraso, em 2012 foram iniciados 17 projetos de pesquisa adicionais que compõem as ações propostas no Laboratório Nacional de Várzea, aquém da meta estabelecida inicialmente, em decorrência do atraso na transferência dos recursos.

3.3. Evolução do Patrimônio

O patrimônio institucional apresentou uma evolução ascendente, como é possível verificar na Tabela 6 abaixo. Nela está demonstrada a evolução patrimonial adquirida pelo IDS M com recursos do Contrato de Gestão nos últimos cinco anos.

Tabela 6 – Evolução do patrimônio adquirido com recursos do Contrato de Gestão, e sua variação percentual em 2012.

BENS	2008		2009*		2010**		2011		2012	
	\$	%	\$	%	\$	%	\$	%	\$	%
Edificações	1.071.371,44	100	1.162.037,05	9	1.108.821,43	-5	1.146.311,43	3	1.297.619,28	13
Instalações	224.326,61	100	159.074,00	-29	166.874,00	5	166.874,00	0	169.964,00	2
Máq., Apar. e Equipamentos	210.094,95	100	518.494,73	147	756.824,44	46	1.070.025,07	41	1.617.042,64	51
Equip. de Informática	272.895,15	100	353.104,22	29	557.969,53	58	651.089,91	17	821.121,18	26
Veículos/Embarcações	398.902,01	100	214.620,00	-46	215.370,00	0,35	297.770,00	38	480.650,00	61
Móveis e Utensílios	186.163,08	100	183.741,49	-1,30	208.867,79	14	226.517,99	9	271.593,16	20
Acervo Bibliográfico	-	-	-	-	-	-	7.056,56	100	20.015,37	184
Imobilizações Intangíveis	48.461,69	100	69.185,04	43	113.181,49	64	142.560,38	26	149.383,00	5
Benfeitorias em Bens	-	-	-	-	56.840,00	100	63.530,00	12	352.974,80	456
Imobilizado em Andamento	-	-	-	-	-	-	148.085,66	100	230.473,86	56
TOTAL	2.412.214,93	100	2.660.256,53	10,28	3.184.748,68	19,72	3.919.821,00	23	5.413.837,29	38,11

Fonte: Deplº de Contabilidade do IDS M. - Atualizado em: Dez/2012

* Em 2009 houve decréscimos nas contas de instalações, Veículos/Embarcações e Móveis e Utensílios, devido à readequação de contas feitas no início do ano.

** Em 2010 houve decréscimo na conta de Edificações, devido à readequação de contas feitas no início do ano.

3.4. Acompanhamento do Limite de 60% com Empregados do IDSM

Atendendo ao disposto na portaria 967 de 21/12/2011 e na portaria 777 de 31/10/2012, o quadro 8, abaixo, traz o detalhamento mensal dos valores pagos aos empregados. Neste quadro, é demonstrado o atendimento do limite máximo de 60% com custeio de pessoal e benefícios relativos aos valores recebidos em cada ano.

Quadro 8. Detalhamento mensal dos valores pagos aos empregados em 2012 – Regime de Caixa

MÊS DA FOLHA	SALÁRIO DOS EMPREGADOS E DIRIGENTES	GRATIFICAÇÃO	FÉRIAS	RESCISÃO	VALORES PAGOS	ENCARGOS TRABALHISTAS					SEGURO VIDA	PLANO SAUDE	VALE TRANSP.	TOTAL
						INSS	FGTS	PIS	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	IR - RETIDO NA FONTE				
JANEIRO	309.010,64	42.101,65	49.894,45	5.241,90	406.248,64	177.290,14	45.194,91	5.534,83	129,33	111,76	-	-	304,00	634.813,61
FEVEREIRO	330.649,56	48.598,09	20.360,00	34.109,95	433.717,60	-	5.652,71	-	-	62.925,51	9.246,26	-	352,00	511.894,08
MARÇO	316.168,19	90.562,94	14.699,00	46.297,38	467.727,51	174.636,46	51.534,39	5.485,71	-	55.866,98	-	-	320,00	755.571,05
ABRIL	349.604,76	70.823,00	38.790,00	2.876,92	462.094,68	181.859,80	47.025,53	5.653,92	15.077,16	68.578,74	4.743,67	-	352,00	785.385,50
MAIO	335.243,17	64.782,21	15.995,00	5.917,38	421.937,76	171.805,45	44.720,51	5.329,80	-	67.515,63	9.039,03	-	320,00	720.668,18
JUNHO	371.082,93	67.587,00	49.649,00	-	488.318,93	175.434,19	43.374,83	5.442,54	202,00	57.182,38	-	-	176,00	770.130,87
JULHO	331.918,14	61.311,00	39.854,88	-	433.084,02	177.408,64	44.383,97	5.549,05	158,43	71.305,02	4.654,77	8.701,09	176,00	745.420,99
AGOSTO	380.046,23	64.566,74	70.298,00	416,57	515.327,54	374.176,86	47.191,10	12.108,70	397,55	136.266,34	4.940,30	4.099,85	334,40	1.094.842,64
SETEMBRO	443.145,63	83.684,50	34.232,00	790,81	561.852,94	212.827,82	49.048,05	7.241,72	826,50	87.148,31	5.145,71	4.141,96	387,20	928.620,21
OUTUBRO	450.809,19	77.546,37	40.349,78	18.971,03	587.676,37	-	61.464,42	7.197,11	-	91.018,29	6.013,24	-	352,00	753.721,43
NOVEMBRO*	468.913,58	94.831,37	26.388,00	62.588,93	652.721,88	213.793,15	85.582,14	-	1.213,73	-	6.038,60	10.281,49	264,00	969.894,99
1ª PARC. 13º Sal.(NOV)	315.215,00	-	-	-	315.215,00	-	-	-	-	-	-	-	-	315.215,00
DEZEMBRO	451.957,48	92.708,70	132.116,00	-	676.782,18	457.574,18	141.104,20	14.988,50	712,66	221.059,99	12.141,18	-	387,20	1.524.750,09
2ª PARC. 13º Sal. (DEZ)	112.024,12	92.708,70	-	-	204.732,82	196.880,04	26.167,96	6.386,36	-	82.007,74	-	-	-	516.174,92
TOTAL GERAL	4.965.788,62	951.812,27	532.626,11	177.210,87	6.627.437,87	2.513.686,73	692.444,72	80.918,24	18.717,36	1.000.986,69	61.962,76	27.224,39	3.724,80	11.027.103,56

Memória de Cálculo	
Repasse do Contrato de Gestão 2011 recebido em Janeiro de 2012	4.800.000,00
Repasse do Contrato de Gestão 2012	18.969.035,89
Soma Total	23.769.035,89
Limite Anual de gasto com pessoal em 2012 (60%)	14.261.421,53
Limite Mensal do gasto com pessoal em 2012	1.188.451,79
Gasto Efetivo com pessoal em 2012	11.027.103,56
Gasto Percentual com pessoal em 2012	46,4%

FONTE: DEPTº DE CONTABILIDADE DO IDSM – ATUALIZADO EM 05/01/2013.

• **NOTA EXPLICATIVA:**

Aparentemente em DEZEMBRO/2012 houve extrapolação do limite mensal dos 60%, o que não ocorreu na realidade. Esta distorção ocorre por conta da data de vencimento dos encargos, pois todos os encargos possuem data de vencimento posterior a data de referência do encargo. Como o demonstrativo leva em consideração a data de pagamento (Regime de Caixa) e não a data de competência (Regime de Competência) dos encargos, nos meses onde foram pagos encargos cumulativos (mês anterior + mês atual), gerou distorção no resultado do total gasto com salários e encargos, dando a falsa aparência de extrapolação. Se o demonstrativo levasse em consideração o período de competência dos encargos, esta distorção não aconteceria. Esta distorção, também, apareceu no mês de agosto/2012.

3.5. Relatório da Auditoria Independente



**Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá -
IDSM - OS**

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e 2011

KPMG Auditores Independentes
Fevereiro de 2013
KPDS 52452



Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Conselheiros do
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS
Tefê - AM

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Base para opinião com ressalva**

De acordo com o Pronunciamento CPC 27 e o ICPC 10, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010, a vida útil e o valor residual para os bens do ativo imobilizado devem ser revisados pelo menos uma vez por ano e, em caso das novas expectativas serem diferentes em relação às estimativas anteriores, essas mudanças devem ser registradas como mudança de estimativa contábil (aplicação prospectiva). A Entidade obteve avaliações de especialistas externos da estimativa de vida útil e do valor residual dos bens consignados no ativo imobilizado, com o propósito de determinar a necessidade ou não de alterar a vida útil para fins de depreciação. Entretanto, o resultado desse estudo será aplicado somente a partir de janeiro de 2013. Como consequência, não foi possível concluir se modificações relevantes seriam necessárias às despesas de depreciação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e ao saldo de depreciação acumulada dentro do ativo imobilizado naquela data.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos, se houver, do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos***Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior***

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 15 de fevereiro de 2012, que continha ressalva quanto ao mesmo assunto mencionado no parágrafo “Base para opinião com ressalva” acima.

Manaus, 8 de fevereiro de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-AM

Luciano Medeiros
Contador CRC SP-138148/O-3 T-AM

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSMM - OS

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em Reais)

Ativo	Nota	2012	2011	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2012	2011
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	333.146	135.417	Fornecedores		137.659	232.969
Recursos vinculados a convênios	5	13.023.509	10.099.886	Obrigações sociais e trabalhistas	9	1.250.285	984.299
Créditos a receber	6	640.571	745.964	Obrigações tributárias		3.238	6.193
Estoques	7	<u>214.796</u>	<u>222.869</u>	Outras contas a pagar		186.432	124.472
				Obrigações com recursos de projetos	10	<u>11.786.905</u>	<u>9.032.169</u>
Total do circulante		<u>14.212.022</u>	<u>11.204.136</u>			<u>13.364.519</u>	<u>10.380.102</u>
Não circulante				Não Circulante			
Depósitos judiciais		2.373	2.284	Outras contas a pagar		144.895	141.715
Imobilizado	8	10.464.248	7.877.768	Investimentos com recursos de projetos	10	<u>9.531.932</u>	<u>7.122.740</u>
Intangível		<u>95.461</u>	<u>82.369</u>				
Total do não circulante		<u>10.562.082</u>	<u>7.962.421</u>	Total do não circulante		9.676.827	7.264.455
				Patrimônio líquido	11		
				Patrimônio social		1.522.000	889.639
				Superávit acumulado		<u>210.757</u>	<u>632.361</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>1.732.757</u>	<u>1.522.000</u>
Total do ativo		<u>24.774.103</u>	<u>19.166.557</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>24.774.103</u>	<u>19.166.557</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em Reais)

	Nota	2012	2011
Receita operacional líquida	13	20.774.180	17.159.796
Custo das atividades	14	<u>(12.024.667)</u>	<u>(9.667.051)</u>
Superávit bruto		8.749.513	7.492.745
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	15	(4.559.092)	(3.657.366)
Despesas gerais e administrativas	16	(3.704.322)	(2.907.263)
Despesas tributárias		(253.037)	(265.501)
Outras despesas operacionais		<u>(2.121)</u>	<u>(6.332)</u>
Superavit antes do resultado financeiro		<u>230.941</u>	<u>656.283</u>
Receitas financeiras		21.845	30.518
Despesas financeiras		<u>(42.029)</u>	<u>(54.440)</u>
Resultado financeiro líquido	17	<u>(20.184)</u>	<u>(23.922)</u>
Superávit do exercício		<u><u>210.757</u></u>	<u><u>632.361</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em Reais)

	2012	2011
Superávit do exercício	210.757	632.361
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>210.757</u></u>	<u><u>632.361</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit (déficit) acumulado	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	985.477	(95.838)	889.639
Incorporação do déficit acumulado	(95.838)	95.838	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	(6.332)	(6.332)
Superávit do exercício	<u>-</u>	<u>638.693</u>	<u>638.693</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011	889.639	632.361	1.522.000
Incorporação do superávit acumulado	632.361	(632.361)	-
Superávit do exercício	<u>-</u>	<u>210.757</u>	<u>210.757</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>1.522.000</u>	<u>210.757</u>	<u>1.732.757</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em Reais)

	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	210.757	632.361
Depreciação e amortização	711.800	551.082
Baixas do imobilizado	16.206	16.986
Juros sobre empréstimos tomados	3.181	3.837
	<u>941.944</u>	<u>1.204.265</u>
(Aumento) redução dos ativos		
Recursos vinculados a convênios	(2.923.623)	(1.660.231)
Créditos a receber	105.393	(564.817)
Estoques	8.073	(20.910)
Depósitos judiciais	(89)	-
	<u>(2.810.246)</u>	<u>(2.245.958)</u>
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(95.310)	172.003
Obrigações sociais e trabalhistas	265.986	227.231
Obrigações tributárias	(2.955)	1.939
Outras contas a pagar	61.959	55.587
Obrigações com recursos de convênios	5.163.929	1.728.639
	<u>5.393.609</u>	<u>2.185.399</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	3.525.307	1.143.707
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(3.289.413)	(1.137.451)
Aquisição de intangível	(38.165)	-
	<u>(3.327.578)</u>	<u>(1.137.451)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(3.327.578)	(1.137.451)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	197.729	6.256
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	135.417	129.161
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>333.146</u>	<u>135.417</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto Operacional

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM - OS (o “Instituto”) é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, legalmente constituída em 26 de abril de 1999, inscrita no CNPJ sob o nº 03.119.820/0001-95, devidamente qualificada como Organização Social (OS) através do decreto presidencial de 4 de junho de 1999, e estabelecida na Estrada do Bexiga, nº 2.584 - bairro Fonte Boa, município de Tefé, no estado do Amazonas. O Instituto tem os seguintes objetivos sociais:

- Desenvolver, incentivar, coordenar, executar e administrar a realização de projetos que objetivem a conservação e, especialmente, a preservação de florestas inundadas;
- Promover o desenvolvimento sustentável da região em articulação com a população local;
- Arregimentar e gerir fundos econômicos e financeiros legais, provenientes de doações de indivíduos e/ou entidades nacionais e estrangeiras, públicas ou privadas, para o cumprimento da missão;
- Desenvolver ou financiar estudos e pesquisas sobre o uso sustentável dos recursos naturais das florestas inundadas;
- Realizar pesquisas de natureza básica, aplicada e tecnológica nas áreas de sua competência e afins;
- Proporcionar e contribuir para o treinamento científico e tecnológico de recursos humanos para o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, público e privado, nas áreas de sua competência e afins;
- Apoiar e cooperar com a atuação de entidades públicas e/ou privadas, cujo objetivo coincida ser a conservação, a preservação e a melhoria do meio ambiente da região amazônica;
- Desenvolver programas educacionais, priorizando as questões ambientais nas florestas inundadas da Amazônia.
- Realizar e executar projetos próprios ou de terceiros, realizando eventos, cursos e treinamentos com temas relacionados à conservação e preservação do meio ambiente amazônico;
- Desenvolver, gerar, licenciar tecnologias e adquirir, no país e no exterior, materiais, componentes, equipamentos e serviços para cumprir sua missão, por seus próprios meios ou em associação com centros de pesquisa e/ou entidades nacionais e estrangeiras.

As atividades desenvolvidas pelo IDSM estão atreladas às metas e prazos descritos em contrato de gestão, conforme aditamento do novo contrato firmado com o Ministério da Ciência e Tecnologia de Inovação - MCTI, em 27 de maio de 2010, e publicado no Diário Oficial da União em 9 de junho de 2010, com vigência até 30 de junho de 2016. Os recursos estinados ao custeio das atividades são providos pelo MCTI.

Além dos recursos provenientes do contrato de gestão, o Instituto tem firmado convênios junto à financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), para execução de projetos de apoio à infraestrutura de pesquisa, conforme instrumentos firmados em 28/12/2006, 10/10/2007, 15/10/2008 e 25/10/2010.

Para a obtenção de receitas próprias, além das contribuições e doações da sociedade civil, o Instituto promove atividades de ecoturismo e comércio de artesanato, promovendo o desenvolvimento do artesanato regional e a inserção dos artesãos locais nas atividades e gerando também receitas próprias decorrentes de suas atividades.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração do Instituto aprovou a emissão destas demonstrações financeiras em 8 de fevereiro de 2013, através de sua Diretoria Financeira.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto certos ativos e passivos financeiros não derivativos os quais são registrados com base no valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para a unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas a respeito das premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas nº 8 – Imobilizado, pela determinação das vidas úteis dos bens do imobilizado e nº 10 - Obrigações com recursos de projetos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos e créditos a receber.

ii. Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, obrigações sociais e trabalhistas, obrigações tributárias, obrigações com recursos de projetos e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c. Recursos vinculados a projetos

Também se referem a caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, entretanto são recursos vinculados aos projetos administrados pelo Instituto, somente disponíveis à medida que fluxos de caixa são necessários para sua execução, em conformidade com os respectivos convênios e contratos.

d. Créditos a receber

Refere-se a adiantamentos concedidos para suprir despesas imediatas. São registrados no momento da saída dos recursos e a baixa ocorre quando há a prestação de contas mediante documentação comprobatória. A administração do Instituto avaliou que não há riscos significativos de realização das contas a receber, não sendo necessária a constituição de provisão para devedores duvidosos.

e. Estoque

Mensurado pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo de estoque é determinado com base no custo médio de aquisição ou produção dos gastos incorridos.

f. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

O imobilizado do Instituto inclui bens adquiridos com a finalidade de uso exclusivo para a execução dos projetos. Estes são classificados separadamente no ativo não circulante como “bens com restrição de uso”.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando houver. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de receitas no resultado.

ii. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Instituto e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Bens destinados exclusivamente para a execução de projetos não são depreciados pelo tempo de duração do respectivo projeto, a depreciação é calculada pela taxa fiscal. Terrenos não são depreciados.

iv. Obras em andamento

O valor do ativo de obras em andamento é mensurado pelo custo incorrido, conforme o andamento da obra.

g. Intangível

Refere-se aos softwares adquiridos pelo Instituto, mensurados pelo custo histórico de aquisição, que vem sendo amortizado considerando a vida útil estimada desses ativos.

h. Redução ao valor recuperável (impairment)

Os valores contábeis dos ativos financeiros e não financeiros do Instituto são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Uma perda por *impairment* é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor, quando existentes, são reconhecidas no resultado.

A Administração não identificou qualquer situação que indique perda no valor recuperável dos ativos não financeiros. Desta forma, não foi necessário estimar o seu valor recuperável.

i. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

j. Obrigações com recursos de projetos

Os recursos de convênios, contratos e acordos que possuem destinação específica vinculada à execução de projetos são classificados, quando recebidos, no grupo "Obrigações com recursos de projetos", no passivo circulante e, na medida de sua realização, são reconhecidos como receita em confronto com as despesas do mesmo período.

Os "investimentos com recursos de projetos" referem-se aos bens registrados no ativo mobilizado, adquiridos com verbas de subvenções governamentais, o seu valor líquido está registrado em conta do passivo não circulante, denominada "Subvenções para investimento a amortizar" e, na medida das realizações por depreciações, passam a ser reconhecidos na receita do Instituto.

Os gastos indiretos do Instituto são alocados entre os projetos conforme previsto em cada convênio, contrato ou acordo, e sua representatividade. Os gastos são segregados por financiador, considerando a utilização de recursos humanos e materiais, não havendo transferência entre financiadores.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através dos descontos dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes dos impostos, se aplicável, que reflete as avaliações atuais de mercado

quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros quando incorridos são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

l. Receita operacional

As receitas das atividades decorrem, basicamente, do contrato de gestão firmado com o MCTI, bem como de outros recursos captados pelo IDSM. As receitas são registradas com base nas despesas incorridas nos projetos.

As receitas de serviços prestados com Ecoturismo e venda de produtos pela Loja de Artesanato são reconhecidas no resultado com base na emissão da nota fiscal, ao final da prestação de serviço.

m. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, juros oriundos de rendimentos de aplicações financeiras. As despesas financeiras decorrem de taxas bancárias e outros itens correlatos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

n. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis do Instituto exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos são apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação.

i. Aplicações financeiras

O valor justo das aplicações financeiras de curto prazo é o próprio valor aplicado adicionado da remuneração do título até a data de apresentação *pro rata temporis*.

ii. Imobilizado

O valor de mercado da propriedade é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

iii. Ativos financeiros não derivativos

O valor justo de ativos financeiros é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação, quando aplicável. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

iv. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras, quando aplicável.

o. Isenções fiscais

O IDSM é uma Entidade isenta do Imposto de Renda por ser uma sociedade civil sem fins lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída (Lei no 9.532/97 art. 15).

Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei no 9.532/97, art. 15 § 3o, alterado pela Lei no 9.718/98, art. 10).

As entidades consideradas isentas pela finalidade ou objeto deverão atender aos seguintes requisitos (Lei no 9.532/97, art. 15 §, 3o, alterado pela Lei no 9.718/98, art. 10 e 18, IV):

- a. Não remunerar por qualquer forma seus dirigentes do Conselho Deliberativo pelos serviços prestados;
- b. Aplicar integralmente no país os seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais;
- c. Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- d. Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- e. Apresentar, anualmente, declaração de informações (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal; e
- f. Não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12, § 2º e art. 15 § 2º).

De acordo com o inciso I do artigo 12 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.732, de 1998, a Entidade está isenta também da Contribuição Social.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Caixa	1.216	2.436
Bancos	17.326	44.910
Aplicações financeiras	<u>314.604</u>	<u>88.071</u>
	<u>333.146</u>	<u>135.417</u>

O aumento nas aplicações financeiras refere-se, basicamente, à entrada de R\$ 140 mil referentes ao prêmio FINEP 2012 de Tecnologia Social, recebido pelo Instituto em 19/12/2012.

5 Recursos vinculados a projetos

	2012	2011
Caixa	3.659	2.092
Bancos	12.745	4.600
Aplicações financeiras	<u>13.007.105</u>	<u>10.093.195</u>
	<u>13.023.509</u>	<u>10.099.886</u>

Os recursos financeiros vinculados têm seu uso restrito à aplicação em projetos a que se destinam, conforme disposições contratuais. O aumento do saldo no período refere-se basicamente ao recebimento em 2012 dos recursos do contrato de gestão com o MCTI, remanescentes de 2011, no valor de, aproximadamente, R\$ 4.800 mil.

Tanto no caso de recursos próprios quanto para os vinculados a projetos, os investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas médias de, aproximadamente, 0,65% ao mês.

A Administração adota política conservadora de gerenciamento de caixa, aplicando os recursos disponíveis em fundos de investimento financeiro indexados na poupança e CDB com resgate de curto prazo. As receitas provenientes dessas aplicações financeiras são reinvestidas nos próprios projetos.

6 Créditos a receber

	2012	2011
Adiantamento a fornecedores	403.911	563.045
Adiantamento a funcionários	111.543	103.304
Recursos de clientes	29.220	27.496
Créditos tributários	33.065	27.646
Adiantamento de viagens	62.832	24.473
	<u>640.571</u>	<u>745.964</u>

7 Estoques

Referem-se basicamente aos produtos para revenda da loja de artesanatos.

8 Imobilizado

	Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2012
Custo				
Edificações	5.774.358	151.323	(15)	5.925.666
Instalações	289.772	3.090	-	292.862
Máquinas, aparelhos e equipamentos	1.456.966	866.168	(14.891)	2.308.243
Computadores e periféricos	881.970	224.291	(35.455)	1.070.806
Veículos e embarcações	355.371	313.880	-	669.251
Móveis e utensílios	492.942	52.710	(4.784)	540.869
Biblioteca	7.057	15.959	-	23.015
Benfeitorias em bens de terceiros	781.220	289.445	-	1.070.664
Imobilizado em andamento	148.086	1.372.547	-	1.520.633
	<u>10.187.742</u>	<u>3.289.413</u>	<u>(55.145)</u>	<u>13.422.009</u>
Depreciação acumulada:				
Edificações	(920.771)	(202.256)	-	(1.123.027)
Instalações	(173.206)	(23.188)	-	(196.394)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(475.555)	(177.082)	7.430	(645.207)
Computadores e periféricos	(419.915)	(154.361)	28.317	(545.958)
Veículos e embarcações	(127.382)	(29.279)	-	(156.662)
Móveis e utensílios	(150.647)	(45.301)	3.192	(192.756)

*Instituto de Desenvolvimento Sustentável
Mamirauá - IDSM - OS
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e 2011*

	Saldos em 31/12/2011	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2012
Benfeitorias em bens de terceiros	(42.497)	(55.191)	-	(97.688)
	(2.309.973)	(686.658)	38.939	(2.957.692)
Imobilizado líquido	<u>7.877.768</u>	<u>2.602.754</u>	<u>(16.206)</u>	<u>10.464.248</u>
Custo dos bens próprios	<u>233.615</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>146.993</u>
Custo dos bens com restrição de uso	<u>7.644.153</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.317.273</u>

Em 2012 o IDSM iniciou a construção de um novo laboratório, o qual é financiado pela FINEP, motivo principal do aumento significativo da conta de imobilizado em andamento.

O IDSM tem como prática adquirir novos equipamentos para estudo, os quais são utilizados em diversos projetos. Em geral, essas máquinas têm um alto valor agregado, como por exemplo o equipamento de ultrassom, no valor de R\$ 107.000, adquirido no exercício de 2012.

	Saldos em 31/12/2010	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2011
Custo:				
Edificações	5.666.868	37.490	-	5.704.358
Instalações	279.568	7.754	-	287.322
Maquinas aparelhos e equipamentos	961.954	401.967	(6.209)	1.357.712
Equipamentos de informática	666.550	213.276	(13.221)	866.605
Veículos	227.700	98.850	-	326.550
Móveis e Utensílios	368.245	123.720	(12.280)	479.684
Biblioteca	-	7.057	-	7.057
Benfeitorias	729.955	46.798	-	776.753
Imobilizado em andamento	-	148.086	-	148.086
	<u>8.900.839</u>	<u>1.084.998</u>	<u>(31.711)</u>	<u>9.954.126</u>
Depreciação acumulada:				
Edificações	(715.800)	(195.288)	-	(911.089)
Instalações	(150.397)	(22.168)	-	(172.564)
Maquinas aparelhos e equipamentos	(335.426)	(96.723)	2.910	(429.240)
Equipamentos de informática	(302.416)	(114.103)	8.572	(407.948)
Veículos	(105.760)	(16.378)	-	(122.138)
Móveis e Utensílios	(118.265)	(32.161)	5.720	(144.706)
Biblioteca	-	-	-	-
Benfeitorias	(3.440)	(38.964)	-	(42.404)
Imobilizado em andamento	-	-	-	-
	<u>(1.731.504)</u>	<u>(515.785)</u>	<u>17.201</u>	<u>(2.230.088)</u>
Custo total dos bens c/ restrição uso	<u>7.169.335</u>	<u>569.213</u>	<u>(14.510)</u>	<u>7.724.038</u>
Custo total dos bens próprios	<u>152.792</u>			<u>153.729</u>
Custo total dos bens	<u>7.322.127</u>			<u>7.877.768</u>

9 Obrigações sociais e trabalhistas

	2012	2011
Provisão de férias	910.030	716.728
INSS sobre férias	234.152	182.767
FTGS sobre férias	73.400	57.338
INSS sobre serviços de autônomos	30.590	25.217
Outras provisões	2.112	2.248
	<u>1.250.285</u>	<u>984.299</u>

10 Obrigações com recursos de projetos

	2012	2011
Subvenção MCTI	8.822.499	4.638.035
Convênio FINEP	2.964.406	4.270.389
Convênio MTUR	-	123.745
	<u>11.786.905</u>	<u>9.032.169</u>

O Instituto mantém sob sua responsabilidade R\$ 11.786.905 de recursos recebidos a título de contrato de gestão e convênios com agências de fomento para aplicação em custeio, projetos de pesquisas e na melhoria de infraestrutura do próprio Instituto, que ainda não foram executados. O Instituto mantém sob sua responsabilidade jurídica a aplicação correta destes convênios pelos seus valores totais.

O Saldo dos recursos recebidos através do contrato de gestão está destinado aos seguintes propósitos:

- I Custeio das atividades básicas do Instituto;
- II Reserva técnica para pagamentos de contratos ou direitos trabalhistas em casos não previstos;
- III Outros gastos em atividades de relevante interesse para os objetivos do contrato de gestão.

Os investimentos com recursos de projetos referem-se aos bens registrados no imobilizado, adquiridos com verbas de subvenções governamentais. O valor líquido desses bens em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 9.531.932, que se realiza através das depreciações, e serão reconhecidos como receita do Instituto ao longo do tempo.

11 Patrimônio líquido

a. Patrimônio social

O patrimônio social é composto pela incorporação de superávits e/ou déficits de cada exercício, após a devida aprovação pelos conselhos de administração e diretor.

b. Superávit acumulado

Refere-se ao superávit ou déficit do ano corrente. Após aprovação pelos conselhos de administração e diretor, esses valores são incorporados ao patrimônio social do Instituto para serem reinvestidos em ações sociais, conforme previsto em Estatuto.

12 Processos judiciais e contingências

O Instituto, atualmente, não é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo questões, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Desta forma, a Administração não julgou necessária a constituição de provisão para perdas com processos judiciais.

13 Receita operacional líquida

	2012	2011
Subvenção recebida do MCTI	18.739.153	14.988.073
Convênios	1.101.471	1.440.607
Ecoturismo	754.861	697.299
Doações recebidas	140.000	2.466
Vendas de serviços	101.285	113.546
Outras receitas	4.833	-
	<u>20.841.603</u>	<u>17.250.732</u>
Deduções de vendas	<u>(67.423)</u>	<u>(90.936)</u>
	<u>20.774.180</u>	<u>17.159.796</u>

As principais receitas das atividades decorrem do contrato de gestão firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e inovação (MCTI), no qual a receita é reconhecida com base nas despesas incorridas referentes aos projetos conduzidos pelo Instituto.

14 Custos das atividades

	2012	2011
Salários	4.220.020	3.324.790
Encargos sociais	1.763.486	1.202.306
Provisões	1.056.469	1.834.986
Materiais e bens	1.788.427	1.432.007
Diárias e passagens	792.205	460.307
Informação científica	41.429	4.993
Serviços de auditoria/consultoria	10.000	10.000
Serviço de terceiros	1.827.724	989.352
Locação de mão de obra	3.717	-
Locações diversas	103.079	86.526
Utilidades e serviço	159.498	95.426
Encargos sobre serviços de terceiros	102.036	71.445
Custo de produtos vendidos (loja)	66.009	57.000
Custo apoio de gestão	14.748	6.280
Custo com serviços - Ecoturismo	75.821	91.722
	<u>12.024.667</u>	<u>9.667.051</u>

15 Despesas com pessoal

	2012	2011
Salários e honorários	2.755.095	2.317.821
Encargos sociais	1.140.839	949.827
Despesa com 13º salário e férias	599.397	292.510
Encargos sociais sobre provisões	63.762	97.208
	<u>4.559.092</u>	<u>3.657.366</u>

16 Despesas gerais e administrativas

	2012	2011
Materiais e suprimentos	1.015.859	825.245
Diárias e passagens	149.171	149.250
Serviços de terceiros	832.305	548.578
Locações	680.401	593.998
Utilidades e serviços	293.240	216.150
Depreciação	711.731	551.082
Multas	3.259	5.975
Outras despesas	18.356	16.968
	<u>3.704.322</u>	<u>2.907.263</u>

17 Resultado financeiro líquido

A seguir apresentamos o resultado líquido, findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, das receitas e despesas financeiras decorrentes das aplicações em fundos dos recursos da Entidade, objetivando resguardá-los da desvalorização monetária por conta da inflação.

	2012	2011
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	21.088	29.264
Outras receitas financeiras	757	1.254
	<u>21.854</u>	<u>30.518</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(39.428)	(53.030)
Outras despesas financeiras	(2.601)	(1.410)
	<u>(42.029)</u>	<u>(56.574)</u>
	<u>(20.184)</u>	<u>(23.922)</u>

18 Instrumentos financeiros

Risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2012	2011
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e bancos	4	333.146	135.417

	Nota	2012	2011
Recursos vinculados a projetos			
Fundo fixo	5	3.659	2.092
Bancos	5	12.745	4.600
			10.099.866
Aplicações financeiras		13.023.509	
Outras obrigações			
Obrigações com recursos de projetos	7	11.786.905	9.032.169

Em 31 de dezembro de 2012, o Instituto não tinha obrigações em moeda estrangeira.

19 Utilização dos recursos do MCTI

	2012	2011
Pessoal	11.314.100	9.739.905
Materiais, Suprimentos e Serviços	5.377.129	3.134.517
Diárias e Passagens	838.851	551.851
Aluguéis, Telefone, Água, Luz, Etc.	540.261	1.282.909
Despesas Tributárias	277.745	278.890
Aquisição de imobilizado	<u>1.607.957</u>	<u>774.428</u>
	<u>19.956.041</u>	<u>15.762.501</u>

Em 2012, o IDSM contou com um orçamento de R\$ 29.989.744, oriundos de recursos do contrato de gestão com o MCTI, sendo: a) R\$ 4.800.000 referentes ao contrato de gestão do ano anterior, recebidos em 2012; b) R\$ 5.849.239 de saldo financeiro do exercício de 2011; c) R\$ 371.469 de rendimentos líquidos de aplicação financeira; e d) R\$ 18.969.036 recebidos dos repasses do orçamento do contrato de gestão de 2012. Dessas disponibilidades, o IDSM, na execução de seus objetivos, utilizou-as conforme demonstrado acima.

20 Cobertura de seguros

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2012, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 18.958.400

4. RESPOSTAS DO IDSM ÀS RECOMENDAÇÕES PENDENTES DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO MCTI

Relatório Semestral 2011:

- Considerando que os principais indicadores com atendimento menor que 50% neste Relatório, estão no Macroprocesso 1 – Produção Científica, essa Comissão recomenda a seguinte ação:

Priorizar a contratação de pesquisadores com doutorado, uma vez que o IDSM conta apenas com três doutores, sendo que dois estão há mais de 10 anos na instituição e um é o atual Diretor Geral. A CA solicita, em complementação, que seja apresentado pela Diretoria do IDSM, quando da Reunião Anual de 2012, um planejamento institucional de capacitação e captação de pesquisadores e técnicos para dar suporte à análise, adequação e proposição de metas e indicadores do Contrato de Gestão.

Resposta: O IDSM prioriza, como sempre fez, a contratação de pesquisadores doutores. Hoje a instituição conta com 9 doutores (8 contratados e 1 bolsista), mostrando um crescimento significativo ao longo dos últimos três anos. Eles representavam, em fins de 2012, quase metade de todos os funcionários da equipe científica do IDSM (41%).

O IDSM criou, em fins de 2011, um programa institucional de capacitação de seu quadro de pesquisadores e extensionistas. As regras do programa definem a ordem de prioridade para os candidatos, sua elegibilidade, a duração da ausência para a pós-graduação, a permanência na instituição após seu término, e a continuidade do pagamento dos salários durante a duração do curso. Atualmente 3 pesquisadores funcionários estão sendo beneficiados pelo programa. Quando estes finalizarem seus respectivos doutorados outros dois candidatos ingressarão em cursos de doutorado.

O IDSM utiliza o mecanismo da chamada aberta para contratar novos pesquisadores. Os editais com termos de referência são publicados no site do IDSM na Internet e são enviados a líderes de grupos de pesquisa, instituições de pesquisa e cursos de pós-graduação brasileiros. Em todos estes editais, prioridade é dada a candidatos doutores.

Durante a segunda fase do processo, a entrevista com os pré-selecionados, enfatizamos a necessidade de captar candidatos doutores. É também incentivada a inscrição de candidatos doutorandos, em fase final da formação do doutorado.

No IDSM existem faixas salariais específicas e atrativas para candidatos a pesquisadores que já possuam o título de doutor.

Além disso, o IDSM participa do programa de bolsas de pós-doutorado do CNPq e da FAPESP.

Apesar destes esforços, tem sido bastante difícil captar novos doutores interessados em viver em Tefé. A estratégia alternativa que tem sido acrescentada pelo

IDSMD é a formação continuada de alunos locais, formados no campus avançado (CEST) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), levando-os aos programas de pós-graduação para obtenção dos títulos de mestrado e doutorado.

Relatório Anual 2011

- Conforme diretriz do MCTI no anexo IV do Contrato de Gestão “implementar estratégias para captação e fixação de pesquisadores de alta competência”, e visando fortalecer o macroprocesso de produção científica, a CA recomenda ao IDSMD apresentar, na reunião semestral de 2012, um projeto de implantação de um curso de pós-graduação *stricto sensu* em Tefé-AM.

Resposta: O IDSMD possui um projeto de implantação de um curso de pós-graduação *strictu-sensu* em Tefé, que foi apresentado no relatório semestral 2012. Este projeto recebeu várias críticas e sugestões dos membros da Comissão de Avaliação e dos membros do Conselho de Administração.

Este projeto já está sendo discutido com a Coordenação da Área de Biodiversidade da CAPES, visando sanar dúvidas e adotar posicionamentos mais estratégicos na nova versão do projeto.

Em decorrência disso, algumas alterações foram feitas na proposta, especialmente no que tange à carga horária e à grade de disciplinas.

Segundo orientação da Coordenação da Área de Biodiversidade da CAPES, o IDSMD está em conversação com programas de pós-graduação já existentes em Universidades da Região Norte, buscando agregação de experiências e criação de parcerias. Preferência tem sido dada a instituições baseadas no Estado do Amazonas.

- Devido à importância de difusão do conhecimento e, principalmente, abrangendo a missão do IDSMD, a CA recomenda o desenvolvimento de um indicador que possa melhor quantificar e qualificar a produção de cartilhas e outros produtos de disseminação do conhecimento (a exemplo da cartilha “Manejo Florestal Comunitário na Várzea da RDS Mamirauá”), já que representam estratégias para a popularização dos protocolos de manejo sustentável

Resposta: Já atendido. (Ver à frente).

- Em relação ao Apêndice 1.2 do Relatório Semestral 2012 do IDSMD, a CA sugere, em complemento, que haja uma melhor adequação entre o título e o conteúdo da tabela (não está especificado, por exemplo, a área de atuação de acordo com os macroprocessos) e uma legenda referente ao enquadramento da bolsa.

Resposta: Atendido

PACTUAÇÃO DE METAS PARA 2013

- A CA solicita que, na Reunião Anual de 2012, o IDSM apresente, para discussão, proposta de indicadores e metas para 2013.

Resposta: Além da pactuação de metas para 2013 para os indicadores atualmente em uso para acompanhamento e avaliação do desempenho institucional, o IDSM propõe algumas alterações do próprio quadro de indicadores.

Tem sido demonstrado, desde o relatório anual de 2011, que alguns indicadores mostram-se inadequados para o uso contínuo ao longo dos anos de vigência do terceiro ciclo do Contrato de Gestão. Os indicadores 8 (clareiras de manejo florestal) e 12 (capacitação de lideranças) não se mostraram muito adequados para acompanhamento contínuo. Tanto a realização da extração manejada de madeira quanto a participação de lideranças capacitadas nas assembleias da RDSM e da RDSA não são diretamente dependentes da atuação institucional do IDSM, e sim respondem a fatores externos, alheios à nossa capacidade de interferência.

Como demonstrado, a exploração madeireira depende de ações de outras instituições (licenciamento e vistoria do IPAAM-SDS), depende do pagamento adequado do financiamento da produção (compradores e transportadores) e até mesmo dos níveis da água atingidos no período de alagamento a cada ano.

Já a participação de lideranças capacitadas em fóruns de tomada de decisão, como assembleias, depende não somente da qualidade e eficácia da capacitação. Depende também da dinâmica social de cada uma das comunidades (surgimento de novas lideranças, desavenças políticas entre a liderança capacitada e o corpo de membros, etc.) ou das oportunidades que se abrem para tais lideranças exatamente em decorrência de sua capacitação e de suas habilidades de articulação política. Várias dessas lideranças capacitadas têm sido convidadas para assumirem postos assalariados nas prefeituras da região do Médio Solimões.

Por estes motivos, sugerimos que os indicadores 8 e 12 sejam suprimidos.

O indicador 14 (alavancagem de recursos fora do Contrato de Gestão) tem se mostrado excessivamente desafiador nos últimos dois anos. À medida que as transferências anuais de recursos do Contrato de Gestão aumentam, são também elevados os patamares exigidos para alavancagem. O percentual mínimo de 30% de recursos a serem alavancados exigiria que, em 2012 somente, o IDSM alavancasse cerca de 7 milhões de reais. Considerando que os valores do Contrato de Gestão serão crescentes até 2016, atingindo quase 28 milhões de reais naquele ano, seria necessário alavancar cerca de 9,5 milhões de reais anualmente. O que não é realista no contexto de uma instituição como o IDSM. Consequentemente sugerimos que a alavancagem mínima para este indicador seja revista, e estabelecida em 10 ou 12% a partir de 2013.

Novo Indicador 8 (Proposta):

Número cumulativo de cartilhas sobre uso sustentável de recursos naturais publicadas e aplicadas (NCCPA).

VO = 2

Metas propostas:

2013	2014	2015
4	6	8

Mede a eficácia da implantação dos programas de manejo por meio da instrumentalização e capacitação dos manejadores.

Responsáveis: Coordenações dos programas de manejo da Diretoria de Manejo e Desenvolvimento/IDSM.

Memória de cálculo: Somatório do número cumulativo de cartilhas publicadas e aplicadas junto aos manejadores nas áreas de manejo de pesca (comercial e ornamental), manejo florestal (madeireiro e não madeireiro), manejo de fauna, manejo de agroecossistemas e manejo de recursos cênicos.

A evolução esperada para as metas é o acréscimo anual de 2 cartilhas publicadas e aplicadas junto aos manejadores até atingir o número cumulativo de 8 ao final de 2015.

Novo indicador 12 (Proposta):

Proporção das comunidades atendidas pelo IDSM e representadas nas assembleias da RDSM e RDSA (PCAA).

$$VO = 0,45$$

Metas propostas:

2013	2014	2015
0,5	0,55	0,6

Memória de cálculo:

$$PCAA = \frac{CRA}{CAIDSM}$$

Onde:

CRA = Comunidades representadas nas assembleias (RDSM + RDSA).

CAIDSM= Comunidades atendidas pela coordenação de gestão comunitária (PGC) do IDSM (RDSM + RDSA).

Esperamos que até o final de 2015, cerca de 60% das comunidades atendidas pelo PGC do IDSM sejam envolvidas nos processos de discussão e tomada de decisão que se estabelecem nas assembleias da RDSM e RDSA, enviando seus representantes para estes importantes fóruns anuais.

Proposta dos indicadores institucionais de desempenho para 2013

Macroprocesso	Descrição	Tipo	Unidade	Peso	V0	Metas para 2013
1 - <u>Produção Científica</u> Desenvolvimento de pesquisas para a conservação da biodiversidade e desenvolvimento social na Amazônia	1. Índice Geral de Publicações (IGPub) ou produtos científicos por ano	Efetividade	N	2	0,8	0,85
	2. Índice de Publicações Indexadas (IPub-I) dos pesquisadores do IDSM ao ano.	Eficiência	N	3	0,6	0,66
	3. Índice de Publicações Indexadas Abrangente (Ipub-IA) de pesquisadores e colaboradores do IDSM ao ano.	Eficiência	N	3	0,6	0,7
	4. Índice de Publicações não-Indexadas (IPuNI), reunindo todo tipo de produção científica não indexada realizada no IDSM ao ano.	Efetividade	N	2	2	3
	5. Número de eventos de difusão científica promovidos (EDCP) pelo IDSM ao ano.	Eficácia	N	2	6	6
2 - <u>Disseminação Tecnológica</u> Ações para replicação de processos e tecnologias desenvolvidos e/ou testados pelo IDSM para as RDSM e RDSA, para outras áreas da Amazônia	6. Número de eventos de disseminação das experiências e melhores práticas do IDSM (EDEMP) ao ano	Eficácia	N	3	3	6
3 - <u>Manejo Sustentável</u> Desenvolvimento de processos de manejo sustentável de recursos naturais replicáveis dentro e fora das RDSM e RDSA	7. Número Cumulativo de Rotinas de Abordagem elaboradas para diferentes contextos de manejo sustentável de recursos naturais (NCRAb).	Eficácia	N	3	0	6
	8. Número cumulativo de cartilhas sobre uso sustentável de recursos naturais publicadas e aplicadas (NCCPA)	Eficácia	N	2	2	4
	9. Índice de pirarucus manejados nas RDSM e RDSA com tamanho superior ao limite ideal de abate (ITP).	Efetividade	N	2	0,72	Acima de 0,7
	10. Índice de comunidades realizando atividades de manejo dos recursos naturais nas RDSM e RDSA (ICRAM)	Eficácia	N	3	0,28	0,34

Macroprocesso	Descrição	Tipo	Unidade	Peso	V0	Metas para 2013
4 - <u>Qualidade de Vida</u> Desenvolvimento de processos e tecnologias sociais para contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população ribeirinha replicáveis para outras áreas da Amazônia	11. Índice de Comunidades Beneficiadas (ICB) nas RDSM e RDSA por experimentos que visam qualidade de vida de seus moradores	Eficácia	N	1	0,027	0,137
5 - <u>Tecnologias de Gestão</u> Desenvolvimento de processos para gestão participativa da RDSM e da RDSA que possam ser replicadas para outras áreas protegidas	12. Proporção das comunidades atendidas pelo IDSM e representadas nas assembleias (PCAA)	Efetividade	N	1	0,45	0,50
	13. Índice de setores da RDSM e da RDSA nos quais há atuação de Agentes Ambientais Voluntários (ISAAV).	Eficácia	N	2	0,75	0,93
6 - <u>Desenvolvimento Institucional</u> Fortalecimento institucional com ampliação da infraestrutura, ampliação do quadro de funcionários, ajustes no PCS e busca de sustentabilidade financeira para o IDSM	14. Alavancagem mínima de recursos fora do contrato de gestão no IDSM (AMRFCG)	Eficácia	N	2	0,34	Acima de 0,1

NOVAS RECOMENDAÇÕES

- a) A CA RECOMENDA que, nos Relatórios Semestrais e Anuais do Instituto, sejam apresentadas informações sobre os Macroprocessos, apontando, de forma sintética, a atuação das Diretorias e grupos de pesquisa nas principais realizações e avanços do Instituto, considerando o alcance de objetivos estratégicos no ciclo do Contrato de Gestão e a realização da Missão do IDSM.

Resposta: Já atendido neste relatório

- b) A CA RECOMENDA que, no Macroprocesso “Tecnologias de Gestão”, seja proposto o desenvolvimento de um indicador para avaliar a percepção dos diferentes atores sociais e comunidades das reservas sobre a atuação do IDSM na execução do Ciclo do Contrato de Gestão.

Resposta: O IDSM acredita que a percepção dos atores sociais envolvidos na gestão e cogestão das RDSM e RDSA e de seus recursos naturais é um fator de grande importância para o sucesso das mesmas. Entretanto, considerando que são conhecidos quase 30 atores sociais relevantes além das comunidades beneficiárias, acreditamos que um indicador de percepção seja de difícil cálculo anual, uma vez que demandaria a amostragem (entrevistas) de representantes de todos estes atores todos os anos. Todavia, sugerimos que tal pesquisa seja realizada uma vez a cada término dos ciclos do Contrato de Gestão, e que seja produzido a partir desta pesquisa de opinião um indicador sintético (nível de aprovação da atuação institucional, por exemplo) para representar a percepção geral destes atores.

NOVAS SUGESTÕES

- a) Em relação à criação de programa de pós-graduação, a CA sugere: i) que seja instituída uma Comissão Interna (CI) para a elaboração do Projeto; ii) que seja definida a área de avaliação ao qual o curso ficará vinculado; e iii) que se viabilize recursos para trazer o coordenador da área da CAPES para conversar com a CI e a direção do IDSM, ou a CI reunir-se com o coordenador em sua instituição sede, ainda neste ano.

Respostas: i) O IDSM instituiu uma comissão interna composta de 5 pesquisadores para dar continuidade à elaboração do projeto de pós-graduação;

ii) O IDSM definiu as possíveis áreas do futuro curso de pós-graduação como sendo ou “Biodiversidade” ou “Interdisciplinar”;

iii) O IDSM já está em contato com os coordenadores de área da CAPES e já disponibilizou recursos para trazê-los a Tefé para incrementar o projeto do curso antes da submissão do formulário eletrônico preenchido.

- b) A CA sugere ao IDSM implantar um programa de bolsistas no nível de Pós-Doutorado, visando minimizar a situação da falta de doutores na Instituição. A CA ratifica a necessidade do IDSM desenvolver e explicitar as estratégias que viabilizarão, em um processo contínuo, a captação e permanência de doutores em Tefé-AM, na sede do Instituto.

Resposta: Sugestão já atendida na primeira resposta à Comissão, no item 4.

5. CONCLUSÕES

As atividades desenvolvidas durante o ano de 2012 transcorreram de forma satisfatória. Três das metas pactuadas foram quase totalmente alcançadas ao final do exercício, e as demais foram plenamente alcançadas ou ultrapassadas.

Pelos indicadores e demais informações acerca do funcionamento do IDSM em 2012, e pelas conquistas institucionais desse ano, podemos dizer que o desempenho institucional mostrou-se superior em 2012 aos dos anos anteriores deste atual ciclo do Contrato de Gestão. Entretanto ajustes em alguns indicadores e o redimensionamento de metas são necessários para um melhor acompanhamento das ações do IDSM pelo MCTI.

É muito importante destacar, todavia, que as metas pactuadas refletem uma expectativa orçamentária anual. Esta, por sua vez, está atrelada aos valores pactuados no atual Contrato de Gestão com o MCTI. Qualquer alteração significativa nos valores transferidos por meio deste CG certamente acarretará na diminuição da capacidade institucional para realização daquelas atividades, e no desempenho de atingimento das metas pactuadas.

A Diretoria